

Espaço “Indo-Pacífico”: o Fator China e Motivações Geopolíticas

Luís Tomé

Professor Associado na Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), Coordenador do Doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia e Coordenador Científico da unidade de investigação OBSERVARE-Observatório de Relações Exteriores. Professor convidado do IDN, do IUM e do ISCPSI, e Visiting Scholar de La Sapienza-Università di Roma, Itália e da Middle East Technical University (METU) de Ancara-Turquia. Investigador nas áreas das Relações Internacionais, Geopolítica e Estudos de Segurança especializado nas regiões Euro-Atlântica, Euro-Asiática e Ásia-Pacífico, é autor e coautor de mais de uma dezena de livros e de inúmeros ensaios e artigos publicados nas revistas da especialidade.

Resumo

Este artigo discute a conceção de “Indo-Pacífico” e analisa as justificações subjacentes ao uso deste novo léxico por alguns atores em substituição de “Ásia-Pacífico”, argumentando que as motivações são de natureza geopolítica e relacionadas, sobretudo, com o “fator China”. O texto está dividido em três partes. A primeira apresenta as principais perspetivas e abordagens acerca da nascente “região Indo-Pacífico”. A segunda explica o “fator China” e o seu impacto nas perceções e políticas dos outros atores. A terceira e última parte analisa as narrativas dos principais proponentes da conceção Indo-Pacífico, evidenciando as suas motivações geopolíticas e as ambivalências que lhe estão associadas. A fechar, as considerações finais sintetizam os nossos argumentos e perspetivam as possibilidades da noção Indo-Pacífico se consolidar como nova referência regional.

Abstract

**“Indo-Pacific” Space:
the China Factor and Geopolitical Motivations**

This article discusses the “Indo-Pacific” conception and analyzes the justifications underlying the use of this new lexicon to replace “Asia-Pacific” by some actors, arguing that the motivations are geopolitical in nature and related mainly to the “China factor”. The text is divided into three parts. The first presents the main perspectives and approaches on the nascent “Indo-Pacific region”. The second explains the “China factor” and its impact on the perceptions and policies of other actors. The last part analyzes the narratives of the main proponents of the Indo-Pacific conception, highlighting their geopolitical motivations and ambivalences underlying them. To close, the final considerations synthesize our arguments and outline the possibilities of the Indo-Pacific notion to consolidate as a new regional reference.

Introdução

Desde o fim da “dupla Guerra Fria” – entre os EUA e a URSS e também entre a União Soviética e a República Popular da China –, sobretudo, as noções “Ásia Oriental” e “Ásia-Pacífico” têm sido utilizadas por dirigentes políticos e governos, organizações internacionais, *think tanks*, acadêmicos, analistas e outros observadores para referenciar a região do mundo que abarca a parte do continente asiático que confina com o Pacífico Ocidental e mares adjacentes ou, numa concepção mais ampla, a vasta área que compreende as Ásias do Sul, Nordeste e Sudeste, a Oceânia e o Oceano Pacífico. Embora a delimitação desse espaço varie, as concepções de “Ásia Oriental” e “Ásia-Pacífico” encontram-se vertidas em distintos fatores definidores de uma região ou macrorregião, conforme demonstrámos noutros trabalhos (Tomé, 2009; 2010; 2013; 2017), incluindo “narrativas” utilizando essas “regiões”, a intensidade e a densificação das interconexões entre os atores “regionais” e um certo “regionalismo” institucionalizado, tanto no domínio da economia como no da segurança – de que constituem exemplos, entre outros, a The United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (UN-ESCAP), a Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC), a East Asia Summit (EAS), o Asia Pacific Trade Agreement (APTA), o Trans Pacific Partnership Agreement (TPPA), o ASEAN Regional Forum (ARF) ou o Council for Security Cooperation in the Asia-Pacific (CSCAP).

Todavia, nos últimos anos, a noção “Indo-Pacífico” emergiu como concepção preferencial para certos atores, designadamente dirigentes do Quadrilateral Security Dialogue (Quad), isto é, Japão, Austrália, EUA e Índia. Com efeito, embora há muito se reconheça que os Oceanos Índico e Pacífico estão conectados, foi apenas na última década que o léxico “Indo-Pacífico” passou a ser usado explicitamente para referir “uma região” do globo. Esta alteração de ‘Ásia- para Indo-Pacífico’ parece corresponder ao que alguns geógrafos políticos (Swyngedouw, 2004; Jonas, 2016; Medcalf, 2015) designam por *rescaling*, isto é, “a political process in which the spatial scale of governance practices changes” (Wilson, 2018, p. 179). Ao estender explicitamente a “Ásia-Pacífico” para o Oceano Índico, a noção de Indo-Pacífico sugere uma visão alternativa para aquele vasto espaço do mundo, desde logo, em termos de cobertura geográfica e nova centralidade marítima/oceânica. Por conseguinte, muitos dos debates a propósito do Indo-Pacífico centram-se no significado de agregar os dois oceanos na designação de uma região, mas também em contestar ou justificar a existência de tal espaço regional, na demarcação dessa região, nas possibilidades de um efetivo “regionalismo” Indo-Pacífico e nos principais vetores – económicos ou securitários – que lhe estão subjacentes.

Por outro lado, ainda que possa ser definida por referência geográfica, uma região (ou macrorregião) só o é verdadeiramente em termos de política internacional quando representa conscientemente um determinado espaço de comportamentos e

interações. Significa isto que, embora derive da geografia, não há nada de “natural” na identificação de uma região, na medida em que a conceção de região e respetiva demarcação é uma construção consciente que associa fundamentos geográficos e propósitos políticos, económicos, estratégicos, culturais ou sociais. No fundo, e para lá das circunstâncias geográficas, uma região do mundo só existe se se pensar que existe e se atuar como se existisse. Por isso, a insistência numa ideia de região pode ser um passo numa estratégia política para que ela, efetivamente, o seja. Assim, a alteração de ‘Ásia- para Indo-Pacífico’ por parte de alguns atores não é um processo politicamente neutral, estando associada a novas preocupações, visões e estratégias dos seus proponentes sobre a ordem internacional regional.

Este artigo discute a conceção de “Indo-Pacífico” e analisa as justificações subjacentes ao uso desse novo léxico, argumentando que as motivações são de natureza geopolítica e relacionadas, sobretudo, com o “fator China”. Geopolítica é entendida aqui, sumariamente, como as dinâmicas de poder – discursos, comportamentos e interações – *em função de e num determinado espaço* (Tomé, 2010; 2014). No âmbito e como variantes da geopolítica, a geoeconomia é assumida como o uso geopolítico do poder económico e a geoestratégia como uso do poder militar para fins geopolíticos.

O texto está dividido em três partes. Na primeira apresentamos as principais perspetivas e abordagens sobre a nascente “região Indo-Pacífico”, a fim de situar os debates e ambiguidades em torno desta conceção. Na segunda explicamos o “fator China”, demonstrando o potencial estratégico e o poder da China nos vários domínios, expondo dados e analisando o seu significado para melhor compreender as perceções e políticas dos outros atores. Na terceira e última parte analisamos as narrativas dos principais proponentes da conceção Indo-Pacífico, evidenciando as suas motivações geopolíticas e as ambivalências que lhes estão associadas, bem como a visão chinesa sobre o novo léxico. A fechar, as considerações finais sintetizam os nossos argumentos e perspetivam as possibilidades da noção Indo-Pacífico se consolidar como nova referência regional.

1. As Diferentes Abordagens e Perspetivas sobre o “Indo-Pacífico”

Dada a relativa novidade da ideia de “Indo-Pacífico”, não é surpreendente que as perceções e análises variem muito acerca do seu possível significado e do respetivo potencial enquanto verdadeira “região”. Por exemplo, Baogang He (2018, pp. 117-118) identifica “at least three understandings of the concept. For a start, it is a geographical concept: the term literally means the confluence of the Indian and Pacific Oceans... A second understanding of the term, beyond this literal understanding, is the building of a US-led coalition in the Indo-Pacific region to balance against the power of China. The third understanding is regional institutional building, an additional contributor to an even broader notion of regionalism than that of Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC)”. Por seu lado, Troy Lee-Brown (2018, p.

167) refere “four main understandings of the concept. To begin, there are those who argue that the connection between the Western Pacific and the Indian Ocean is still too tenuous to justify a reinterpretation of the region’s strategic environment... Next, there is a functionalist approach that places a priority on pursuing cooperation in maintaining the integrity of maritime sea lines of communication (SLOCs), and encouraging greater economic connectivity between East Asia and the Indian Ocean. A third viewpoint sees the Indo-Pacific in pure balance of power terms and interprets the concept in light of increasing strategic competition between a rising China with the USA and some of its allies. Finally, the Indo-Pacific is viewed as a concert of power system, where there is greater scope for interdependence between the three great regional powers of China, India and the USA”.

Evidentemente, e como sempre, os defensores das Teorias das Relações Internacionais proeminentes, designadamente do Realismo, Liberalismo e Construtivismo, transportam as suas assunções fundacionais para as apreciações e explicações sobre a ideia de Indo-Pacífico. Na ótica do Construtivismo, o conceito de Indo-Pacífico reflete uma nova construção social e ideacional baseada em valores e identidades partilhados, em particular entre democracias que, assim, reforçam os seus laços e promovem conjuntamente valores e normas de conduta nos, e entre Estados do Índico e do Pacífico. Timothy Doyle, por exemplo, explora as contingentes representações históricas em torno do Indo-Pacífico, argumentando que há potencialmente diferentes formas de construir e considerar espaços regionais, sendo os Estados importantes definidores dessas formas: “Although a valid and often inspiring project, not all Indian Ocean, Pacific Ocean or, in this instance, Indo-Pacific futures can be adequately provided at the level of grand oceanic dreaming which, to a large extent, mimics the politics of predominantly land-based nation-states... Diverse and contested narratives of community, sustainability and security must be given voice (and listened to) across the pan-region and sub-regions—without this, and with the continued rapid insurgence and deployment of the homogenising narratives of neo-liberal economics and securitisation, Indo-Pacific futures may be found to be no more than a desperate race to the bottom of the sea for the majority, with wealth only accruing to large corporations with head offices in other oceanic spheres” (Doyle, 2018, p. 113).

Para o Liberalismo, o termo “Indo-Pacífico” espelha a crescente interdependência económica entre os dois oceanos e o potencial de cooperação entre os países ribeirinhos (Johnston, 2012; Collin, 2015) que, partindo da economia, se estende a outros domínios e, portanto, “making the Indo-Pacific the world’s economic and strategic centre of gravity” (Medcalf, 2014, p. 272). Todavia, Jeffrey Wilson (2018, p. 192) argumenta que o Indo-Pacífico “From an economic perspective, it is clearly inferior to the Asia-Pacific: with far lower levels of trade and investment integration, and an absence of intergovernmental institutions that could substitute for the functions of

APEC, ASEAN and bilateral FTAs. As the spatial fit between underlying patterns of regionalisation and a proposed regionalism concept is an important determinant of its success, economic cooperation within the Indo-Pacific is likely to perform worse than the better-fitting Asia-Pacific concept. By shifting the functional orientation towards security, attempts to rescale to the Indo-Pacific jeopardise economic cooperation efforts in Asia”. Outra noção muito cara ao Liberalismo é a “paz democrática”, pelo que o Indo-Pacífico é visto, acima de tudo, como uma parceria entre as grandes democracias da região – EUA, Japão, Austrália e Índia – destinada a manter a estabilidade regional e a promover a democracia. Por outro lado, o liberalismo institucional, no pressuposto de que as organizações internacionais favorecem a socialização e afetam positivamente um comportamento cooperativo dos Estados, argumenta que o Indo-Pacífico tem já base institucional para se desenvolver, designadamente através da EAS que, ao integrar países que não pertencem geograficamente à Ásia Oriental – como a Índia, a Austrália e a Nova Zelândia e depois também os EUA –, leva alguns a afirmar que “the contemporary Indo-Pacific era began, even if few noticed it at the time” (Medcalf, 2014, p. 272).

Já na perspetiva do Realismo, nomeadamente com base na teoria da balança de poder, a noção Indo-Pacífico resulta das inquietações de EUA, Japão, Austrália e Índia face ao poder e às ambições da China refletindo, portanto, uma estratégia de balanceamento da China (Friedman, 2015; Ruud, 2018; Lee, 2019; Simes, 2019). Nesta linha, para autores norte-americanos como Michael Auslin (2010, p. 19), “a regional strategy must be based on U.S. forces enhancing their forward presence and power projection capabilities in the Indo-Pacific”. Outros sublinham a importância estratégica da Índia na arquitetura de segurança nessa vasta área e no contrapoder face à China, especialmente no caso de um certo retraimento dos EUA (Pan, 2014; Coons e Talwar, 2018). Ainda na mesma escola de pensamento realista, o conceito de Indo-Pacífico fornece um racional estratégico para uma aliança potencial em formação para lá do sistema *hub-and-spokes* dos EUA na região, estendendo para o Oceano Índico a estratégia americana de “pivô” na Ásia-Pacífico (Manyin *et al.*, 2012) e, por outro lado “the Asia-Pacific to Indo-Pacific shift indicative of an emerging minilateral security regionalism, which hedges against a more assertive Chinese posture by developing greater burden-sharing by the US’s Asian security partners” (Lee-Brown, 2018, p. 174). A “lente” realista é bem expressa por Brahma Chellaney (2018, pp. 39-40): “The imperative is to build a new strategic equilibrium, including a stable balance of power. If likeminded states do not step in to counter further challenges to the territorial and maritime status quo, the next five years could firmly entrench China’s strategic advantages. The result could be the ascendancy of a China-led illiberal hegemonic regional order”.

Porém, e conforme argumentámos noutros trabalhos defendendo uma “abordagem eclética” (Tomé, 2010; 2016), a realidade é muito mais complexa e dinâmica do

que as “estruturas cognitivas” e as “expectativas naturais” das teorias/tradições de pesquisa exclusivistas concebem, pelo que as análises limitadas a um determinado fator – por exemplo, em torno do poder, da interdependência econômica, das instituições ou da construção social e identitária –, por si só, não são suficientes para explicar convenientemente a realidade internacional. No caso da nascente concepção Indo-Pacífico, Kai He (2018, p. 159) sintetiza bem as limitações dos referidos paradigmas/teorias convencionais: “The major difficulty in realizing this realist function of the Indo-Pacific concept is rooted in the divergent strategic interests and threat perceptions regarding China. The liberal face of the Indo-Pacific aims to facilitate cooperation among states across the Indian and Pacific Oceans. However, the limited economic interaction between the two regions and the low institutional density in South Asia have precluded fruitful institutional cooperation in the Indo-Pacific region, especially between the Asia Pacific and South Asia. Last, but not least, the constructivist face of the Indo-Pacific is even more blurred due to lacking shared norms and values as well as the “we-feelings” of a collective identity within South Asia and between the Indian and Pacific Oceans”.

Outras perspectivas e apreciações sobre o significado de Indo-Pacífico vêm sendo avançadas. Evidentemente, inúmeros trabalhos acerca da concepção Indo-Pacífico incidem sobre as visões e políticas de certos Estados, em particular do Japão (Jain e Horimoto, 2016; Thankachan, 2017; Chellaney, 2018), da Índia (Chacko, 2014; Coons e Talwar, 2018; Chacko e Willis, 2018; Pant e Rej, 2019), da Austrália (Medcalf, 2014; Adamson, 2019), dos EUA (Yoshihara, 2013; Coons e Talwar, 2018; Rogin, 2018; Ruud, 2018; Grygiel, 2018; Simes, 2019; Lee, 2019), mas também de países do sudeste asiático (Lee e Lee, 2016) como a Indonésia (Shekar e Liow, 2014; Chacko e Willis, 2018) ou a Malásia (Ott, 2019) e mesmo acerca das percepções da China (Zhao, 2014; Luo e Zhang, 2014; Yang e Zhao, 2014; Cooper e Shearer, 2017; Xianqing, 2018; Baogang He, 2018). Por outro lado, se é largamente consensual que Indo-Pacífico exprime a junção dos Oceanos Índico e Pacífico, persiste um intenso debate sobre que Estados e sub-regiões devem ser “incluídos” e/ou “excluídos” dessa concepção, desde os favoráveis a uma versão minimalista “Ásia-Pacífico + Índia” (Medcalf, 2015) até à visão mais ampla envolvendo todos os Estados da Ásia e da costa americana do Pacífico à costa africana do Índico (Brewster, 2016).

Muitos observadores salientam a segurança marítima como vetor essencial justificativo do uso da terminologia Indo-Pacífico (Auslin, 2010; Jonhston, 2012; Chacko, 2016; Thankachan, 2017; Coons e Talwar, 2018; Lee, 2019). Por exemplo, para Gurpreet S. Khurana (2018, p. 20) “the concept of the “Indo Pacific” itself seeks to capitalise upon the opportunities arising from the growing geoeconomic linkages between the Western Pacific and the Indian Ocean Region, as well as in terms of sharing of subconcepts (like “inclusivity”), and the emulation of each other’s best practices.... functional interfaces relating to diverse spheres of activities, ranging

from collaboration in commerce and technology, to defence and security ties". Também B. Chellaney (2018, p. 39) afirma que "The increasing use of the term 'Indo-Pacific' – which refers to all countries bordering the Indian and Pacific oceans – rather than 'Asia-Pacific', underscores the maritime dimension of today's tensions". Por seu lado, T. Lee-Brown (2018, pp. 173-174) conclui que "The 'Indo-Pacific' construct is still best conceived as a reconceptualisation of the region by Japan, Australia, India and the USA in order to address apparent deficiencies in Asia's maritime security.... all characteristic of this emerging, maritime-focused minilateral architecture". E Jeffrey D. Wilson (2018, pp. 178 e 192) argumenta mesmo que "The *raison d'être* of the Indo-Pacific is maritime security... from the Asia-Pacific to the Indo-Pacific is thus an attempt to transform Asian regionalism from an economic-to a security-driven process".

Alguns analistas não escondem, todavia, o seu ceticismo relativamente ao novo léxico. Por exemplo, o australiano Mark Beeson invoca a ausência de base institucional e de potencial para que tal se desenvolva em prol de um verdadeiro "regionalismo" Indo-Pacífico: "I am skeptical about the Indo-Pacific's prospects...due to the track record of prior attempts at 'Asia Pacific' regionalism, which were characterized by limited cooperation and modest institutional development...which provide a framework with which to make sense of what is – and is not – happening in the Indo-Pacific region" (Beeson, 2018, pp. 85). Curiosamente, num outro texto em coautoria, o mesmo M. Beeson e J. Wilson (2018, p. 82) reconhecem que "What is most significant about the nascent Indo-Pacific idea in this context is that it seems to be driven primarily by a rather old-fashion preoccupation with geopolitics".

2. O "Fator China"

Uma das principais transformações na estrutura de poder mundial nas últimas décadas é a ascensão da China. Historicamente proeminente na Ásia Oriental, e depois de um período de cerca de século e meio em que declinou abruptamente por razões internas e pressões externas, a China começou a ressurgir económica e estrategicamente nos anos 1970, em plena bipolarização política mundial, destacando-se, entretanto, de outras grandes potências e aproximando o seu "poder nacional abrangente" da única superpotência desde o fim da Guerra Fria, os EUA. Esta ascensão, ou melhor, ressurgência da China, que é simultaneamente um Estado, uma nação e uma civilização, tem um significado verdadeiramente sistémico pela escala e pelo ritmo. No fundo, é como se o antigo "Império do Meio" tivesse ressuscitado, só que agora com envergadura global num mundo globalizado. Como é natural, é na região onde a China "reside" que os seus poder e influência mais se fazem sentir, produzindo um enorme impacto nas perceções, comportamentos e interações de todos os outros atores. Por isso, o "fator China" é crucial nas explicações sobre as dinâmicas na Ásia/Indo-Pacífico.

Geograficamente, a China é o 4.º maior Estado do mundo, com cerca de 9,6 milhões de km², situado entre a Ásia Central e os Mares da China, da Ásia do Sul e da Indochina à Península Coreana, tendo fronteira terrestre num total de 22.457 km com 14 países – Rússia, Mongólia, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Afeganistão, Paquistão, Índia, Butão, Nepal, Myanmar, Laos, Vietname e Coreia do Norte – e uma linha de costa com 14.500 km (CIA, *The World Fact Book*). Este vasto espaço sob soberania de Pequim não está, porém, totalmente definido, em virtude das muitas disputas territoriais e fronteiriças que envolvem a China e países vizinhos: a Índia – a quem Pequim reivindica o Arunachal Pradesh, ao mesmo tempo que a Índia reivindica à China o Aksai Chin e outros territórios que considera parte da Caxemira –, o Butão – permanecendo por estabelecer a fronteira comum –, vários países do Sudeste Asiático – Vietname, Filipinas, Brunei e Malásia acerca do arquipélago das Spratly e o Mar do Sul da China –, o Vietname – sobre o arquipélago das Paracel e o Golfo de Tonquim –, as Filipinas – com quem disputa as ilhotas Scarborough Reef –, o Japão – ilhas Senkaky/Dyaoyu e Mar da China Oriental –, a Coreia do Sul – Mar da China Oriental, Mar Amarelo e Ilha-Rocha Ieodo/Socotra/Suyan – e até a Coreia do Norte – certas ilhas nos rios Yalu e Tumen.

Demograficamente, a China é o país mais populoso do mundo, atualmente com cerca de 1.400 milhões de habitantes, 18,5% da população mundial, dos quais os Han representam 93% dos 56 grupos étnicos reconhecidos oficialmente. Além disso, somam-se perto de 50 milhões de chineses fora das fronteiras da China, em 150 países de todas as regiões do mundo¹. Todavia, a China confronta-se no seu seio com questões de minorias étnicas e separatismos, designadamente dos tibetanos e dos uigures do Xinjiang, sendo a “unidade da China” uma prioridade de Pequim, associada a uma outra prioridade que é a manutenção do “papel dirigente” do Partido Comunista Chinês (PCC). Tal como anteriormente, também nos últimos anos Pequim vem produzindo legislação que cobre não apenas a segurança perante ameaças externas mas também a cultura e a sociedade como dimensões da segurança, incluindo a *Anti-Spy Law* de novembro 2014, a nova *National Security Law* de julho 2015, uma *Anti-Terrorism Law* de julho 2016, a robustecida *Law on Management of Domestic Activities of Overseas Non-Governmental Organizations* de janeiro 2017 ou a *National Intelligence Law* de junho 2017, numa conceção verdadeiramente “holística” da segurança nacional.

Tudo isto, evidentemente, para além da “questão de Taiwan”, considerada por Pequim parte inalienável da China e, portanto, um assunto “interno” igualmente associado à unidade da China – apesar do envolvimento direto dos EUA, protetor de Taiwan e garante do *status quo*, mantendo desde os anos 1970 a política de “oficialmente uma China, na prática duas”. Desde Deng Xiaoping que a China vem

1 Sobre este assunto ver Poston Jr. e Wong (2016).

promovendo a reunificação com base no princípio “um país, dois sistemas” que serviu para recuperar Hong Kong e Macau, promovendo na direção de Taiwan a chamada “política das três manutenções” – manter o bloqueio diplomático, manter os laços económicos e manter a pressão militar. Esta linha continua atualmente, reafirmada pelo próprio presidente Xi Jinping no dia 2 de janeiro de 2019 num discurso celebrando o 40.º aniversário da “Mensagem aos Compatriotas de Taiwan”: “China must be and will be reunified.... We are all of the same family. The cross-Strait affairs are domestic affairs... We solemnly propose... to conduct extensive and in-depth democratic consultation on cross-Strait relations and the future of the nation, and establish institutional arrangement for peaceful development of cross-Strait relations... Cross-Strait reunification is the trend of history. “Taiwan independence” goes against the trend of history and will lead to a dead end... We are willing to create broad space for peaceful reunification, but will leave no room for any form of separatist activities.... We make no promise to renounce the use of force and reserve the option of taking all necessary means. This does not target compatriots in Taiwan, but the interference of external forces and the very small number of “Taiwan independence” separatists and their activities” (Xinhua, 2019).

Economicamente, mercê de um acentuado crescimento nas últimas quatro décadas com uma impressionante média de 8,5% ao ano, saltando o seu PIB a preços correntes de 305,35 biliões de USD, em 1980, para 15,46 triliões de USD, em 2019 (IMF, 2018)², a China ultrapassou as outras maiores economias, dispondo atualmente do maior PIB do mundo em paridade de poder de compra (PPP) com um *share* mundial que passou de 2,315%, em 1980, para 19,183%, em 2019 (*Ibid.*). Contudo, a China continua a ser apenas um “país em desenvolvimento”, com um PIB *per capita* de apenas 10,1 mil USD, muito abaixo ainda dos EUA (65,06 mil USD), da média das “economias avançadas” (49,4 mil USD) ou do Japão (41,42 mil USD) (*Ibid.*), pelo que o desenvolvimento económico e social deverá continuar a ser uma prioridade de Pequim nas próximas décadas.

Paralelamente, a China tornou-se no maior exportador mundial e no segundo maior importador, representando parcelas de 12,7% no total das exportações mundiais e de 10,2 % nas importações globais (WTO, 2018)³. Mais do que isso, a China passou a ser um dos maiores parceiros comerciais de todas as maiores economias do mundo, designadamente na Ásia-Pacífico, incluindo os EUA e seus aliados como demonstraremos na parte 3. Nestas condições, o fomento de relações e inter-

2 Os dados apresentados do Fundo Monetário Internacional (FMI/IMF) referentes à República Popular da China excluem a Região Administrativa de Hong Kong (na soberania chinesa desde 1997) e, naturalmente, Taiwan.

3 Também os dados da Organização Mundial do Comércio (OMC/WTO) não incluem Hong Kong nem Taiwan.

dependências económicas passou a ser central na política externa da China e a segurança económica e comercial tornou-se prioritária para Pequim, no sentido de garantir as vias e rotas para escoamento da sua produção e abastecimentos do bens e matérias-primas de que necessita, crucial para o crescimento económico e a estabilidade social, por sua vez, decisivos como fonte de legitimidade do regime chinês.

Domínio particularmente sensível em que a China se tornou também um ator relevante no mercado mundial é o dos armamentos. Depois de nos anos 1990 ter sido o maior importador mundial de armas, a China vem sendo cada mais capaz de produzir os seus próprios sistemas avançados de armamento e, portanto, menos dependente das importações, baixando 19% entre 2008-2012 e 2013-2017, períodos em que o seu *share* nas importações de armas declinou de 5,4% para 4% (SIPRI, 2018a). Ainda assim, a China mantém-se entre os maiores importadores mundiais; segundo o Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), no período 2013-2017, a China foi o 5.º maior importador de armas do mundo, continuando a Rússia a ser, de longe, o seu maior fornecedor com uma parcela de 65% de todas as importações de armas chinesas, seguindo-se a França (14%) e a Ucrânia (8,4%) (*Ibid.*). A questão é que a China passou também a ser um dos maiores exportadores de armamento: no período 2013-2017, a China foi o 5.º maior fornecedor mundial, com um *share* de 5,7%, registando um aumento de 38% no volume de vendas de armas comparativamente a 2008-2012 (*Ibid.*). Igualmente no período 2013-2017, a Ásia-Pacífico representou 72% do total das exportações chinesas de armas – enquanto África 21%, Américas 4,9% e Médio Oriente 2% –, significando que a China foi responsável por quase 10% do total fornecido de armamentos na Ásia-Pacífico. O fornecimento de armas por parte da China é também crescentemente significativo em África: as exportações chinesas para África aumentaram 55% de 2008-2012 para 2013-2017, subindo o *share* da China no total das importações de armas de África de 8,2% para 17% (*Ibid.*). Da meia centena de países compradores à indústria de armamento chinês, o maior cliente é há muito o Paquistão, com uma parcela de 35% de todas as exportações de armas da China nos anos 2013-2017 – seguindo-se o Bangladesh (19%) e a Argélia (10%) –, e representando a China 70% de todas as importações de armas do Paquistão. No mesmo período, 22 países da África Subsariana adquiriam armas à China, representando esta uma parcela de 27% do total das importações de armas na África Subsariana – esse *share* era de 16% no período 2008-2012 (SIPRI, 2018a).

Por outro lado, o acelerado ritmo de crescimento económico trouxe industrialização, motorização, eletrificação e urbanização, provocando um aumento significativo do consumo de energia e tornando a China no maior consumidor mundial: em 2017, o seu *share* no consumo mundial de energia primária era de 23,2% – muito acima dos EUA (16,5%), da UE28 (14,6%), da Índia (5,6%) ou do Japão (3,4%) –,

contribuindo significativamente para a parcela total da Ásia-Pacífico de 42,5% no consumo mundial de energia (BP, 2018, p. 8). Na realidade, a China é também um grande produtor de energia: por exemplo, é de longe o 1.º produtor mundial de carvão – representando um *share* de 44,7% no total mundial –, mas também o 1.º produtor de hidroeletricidade (28,6%), de energia eólica (24,8%) e de energia solar fotovoltaica (22,9%), sendo ainda o 3.º maior produtor de energia nuclear – 8,2% do total mundial –, o 6.º de gás natural (3,8%) e o 7.º maior produtor de petróleo – com um *share* de 4,4% (IEA, 2018). Porém, o crescimento tão significativo do consumo fez com que a China deixasse de ser autossuficiente e tenha passado a importar petróleo e gás natural a partir de 1993/94, tornando-se cada vez mais dependente da energia importada: estimativas da Agência Internacional de Energia (AIE/IEA) apontam uma subida das parcelas das importações chinesas face ao consumo, entre 2017 e 2035, de 23% para 40% no caso do gás natural e de 60% para mais de 80% no caso do petróleo. Os seus fornecedores são bastante diversificados, como exemplifica o *ranking* dos maiores fornecedores de petróleo à China, em 2017: Rússia – com uma parcela de 14% no total das importações chinesas de petróleo –, Arábia Saudita – representando um *share* de 12% –, Angola (12%), Iraque (9%), Irão e Omã – significando ambos parcelas de 7% –, Brasil e Venezuela (5% cada), Kuwait (4%) e Emirados Árabes Unidos (2%) (US DoD, 2012, p. 55).

Significa isto que a segurança energética, no sentido de garantir o acesso a fontes e fornecedores e a segurança do abastecimento e das respetivas rotas, passou a ser um vetor fundamental nas relações externas da China e nas suas opções geopolíticas e geoestratégicas – do Índico ao Golfo Pérsico e à Ásia Central, da América do Sul e de África aos Mares da China –, a par de um muito maior interesse por canais e estreitos como os de Suez, Ormuz, Bab-el-Mandeb ou Malaca – por ex.: pelo estreito de Malaca passa mais de 80% do petróleo que a China importa. Por razões de segurança económica e energética e das vias de comunicação marítima, a China passou a manifestar maior interesse também por áreas como o Ártico publicando, em janeiro de 2018, pela primeira vez, uma *Política da China para o Ártico*: “The utilization of sea routes and exploration and development of the resources in the Arctic may have a huge impact on the energy strategy and economic development of China, which is a major trading nation and energy consumer in the world” (The State Council, 2018).

Um bom exemplo do poder económico convertido em influência político-diplomática da China é o crescente número de países que deixaram de reconhecer Taiwan para estabelecer relações diplomáticas formais com Pequim. Só desde 2016, cinco Estados romperam relações formais com Taipé, optando pela República Popular da China como “única e legítima representante de toda a China”: São Tomé e Príncipe, Burkina Faso, República Dominicana, Panamá e El Salvador. Atualmente, apenas 17 países reconhecem ainda Taiwan e mantêm relações diplomáticas oficiais com

Taipe, dos quais seis pequenos do Pacífico – Kiribati, Ilhas Marshall, Nauru, Palau, Ilhas Salomão e Tuvalu –, oito da América Central e Caraíbas – Belize, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Haiti, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia e São Vicente e Granadina – e apenas um da América do Sul (Paraguai), um da Europa (Vaticano) e, bastante sintomático, também apenas um em África (Suazilândia).

Expoente do poder económico e da visão geopolítica da China é a *Belt and Road Initiative* (BRI), também conhecida por “Nova Rota da Seda” do século XXI, englobando uma “Faixa” terrestre – rede de infraestruturas, parques industriais, rodovias e ferrovias com seis corredores ligando a China à Ásia do Sudeste, Meridional e Central, Rússia e Europa – e uma “Rota” marítima que liga o Sul da China, do Mar da China do Sul à Oceânia, Sudeste Asiático, Oceano Índico e daí conectando as costas asiática e africana até à Europa⁴. Apresentada por Xi Jinping, em 2013, inicialmente sob a designação *One Belt, One Road*, a BRI surge “as a solution for China to participate in global opening-up and cooperation, improve global economic governance, promote common development and prosperity, and build a community with a shared future for humanity” (Xinhua, 2018). Em 2014, a China criou o Silk Road Fund destinado a apoiar projetos da BRI e, no ano seguinte, estabeleceu uma nova instituição financeira para o mesmo fim, o Asian Infrastructure Investment Bank; em 2017, Pequim acolheu o primeiro Belt and Road Forum for International Cooperation, com participantes de mais de 140 países e 80 organizações internacionais, incluindo Chefes de Estado e de Governo de 29 Estados; atualmente, cerca de 120 países e organizações regionais assinaram documentos de cooperação com a China no âmbito da BRI, da Europa à América Latina, de África e Golfo Pérsico às Áreas Central e Meridional, Índico, Oceânia e Pacífico Sul. Das duas rotas da BRI, a marítima merece especial destaque pelo aspeto inovador e alcance, envolvendo uma vasta série de portos em dezenas de países, também apelidada “colar das pérolas”, com contratos já celebrados desde o porto de Darwin, na Austrália, ao do Pireus, na Grécia, passando pelos portos de Hambantota no Sri Lanka, Doraleh no Djibuti ou Gwadar no Paquistão. Segundo Xi Jinping, “The broad support for the BRI shows aspiration from countries involved, developing countries in particular, for peace and development...BRI is an initiative for economic cooperation, instead of a geopolitical alliance or military league, and it is an open and inclusive process rather than an exclusive bloc or ‘China club’. It does not differentiate countries by ideology nor play the zero-sum game. As long as countries are willing to join, they are welcome” (*Ibid.*).

Ao potencial geográfico e demográfico e ao poderio económico e comercial da China, junta-se o poder militar. O Exército Popular de Libertação (EPL) chinês é o maior do mundo, com cerca de 2,2 milhões de soldados no ativo, seguindo-se a

4 Ver, por exemplo, Duarte (2017), Cau (2018), Weiqiang (2019), Ohashi (2019) e Johnston (2019).

Índia com 1,36 milhão, os EUA com 1,28 milhão, Coreia do Norte com 1,2 milhão, Rússia com 800 mil, e Paquistão e Coreia do Sul com cerca de 600 mil cada – por comparação, as Forças de Autodefesa do Japão têm cerca de 220 mil soldados. E, como se sabe, a China é desde 1964 uma potência militarmente nuclear, é certo que o seu arsenal nuclear (280 ogivas) está muito distante da Rússia e dos EUA – respetivamente, com 6.850 e 6.450 ogivas, representando conjuntamente 93% das armas nucleares existentes –, mas a China vem aumentando o número e a fiabilidade das suas forças nucleares (Kristensen e Norris, 2018).

Sobretudo, tirando partido do crescimento económico, o regime chinês vem investindo contínua e significativamente na defesa, registando nas últimas décadas aumentos anuais na ordem dos dois dígitos, isto é, mais de 10% ao ano e, em alguns anos, superior mesmo a 20% – ou seja, muito acima do crescimento do PIB chinês. Entre 2008 e 2017, o orçamento militar da China aumentou 110%, apesar da parcela do PIB para a defesa ser de 1,9% tanto em 2008 como em 2017 (SIPRI, 2018b). Em resultado desse investimento, a China dispõe do 2.º maior orçamento de defesa do mundo, aumentando o seu *share* nas despesas militares mundiais para 13% – ainda que muito aquém dos 35% de *share* dos EUA, está cada vez mais distanciada de outros países da Ásia-Pacífico como a Rússia (3,8%), a Índia (3,7%), o Japão (2,6%), a Coreia do Sul (2,3%) ou a Austrália (1,6%) (*Ibid.*).

A realidade é que a China abraçou uma verdadeira “Revolução dos Assuntos Militares com características chinesas”, desenvolvendo e modernizando as suas capacidades, designadamente nos domínios naval, aéreo, mísseis, transportes, comunicações, espacial e cibernético (Carriço, 2014 e 2015; Tomé, 2018; Defense Intelligence Agency, 2019). Segundo o Pentágono, no seu mais recente relatório anual sobre o poder militar da China, “The PLA is undergoing the most comprehensive restructuring in its history. The PLA strives to be capable of fighting and winning “informatized local wars”.... its military modernization program has become more focused on investments and infrastructure to support a range of missions beyond China’s periphery, including power projection, sea lane security, counterpiracy, peacekeeping, humanitarian assistance/disaster relief (HA/DR), and noncombatant evacuation operations” (US DoD, 2018, p. ii). “(...) China is advancing a comprehensive military modernization program aimed at making the PLA into a ‘world-class’ military by 2049. This program includes improvements to military capabilities to conduct nuclear deterrence, antiaccess/area denial (A2/AD), and power projection operations.... The PLA also continues to develop capabilities to conduct cyberspace, space, and EW operations. China continues to develop capabilities to dissuade, deter, or if ordered, defeat third-party intervention during a large-scale, theater campaign such as a Taiwan contingency” (*Ibid.*, p. 59). Acerca do futuro da modernização militar chinesa, tendo por base as orientações expressas pelo presidente Xi Jinping, “the goals of seeing that mechanization is basically achieved, IT

application has come a long way and strategic capabilities have seen a big improvement by the year 2020, that by 2035 the modernization of its national defense and its forces is basically completed, and that by the mid-21st century the people's armed forces have been fully transformed into world-class forces. These goals are said to be ahead of the target of the third stage of the 'Three Stage Development Strategy', namely the basic modernization of the national defense and the forces by the middle of the 21st century, and it appears that on further acceleration of military power is to be seen as China's power grows" (Ministry of Defense of Japan, 2018, pp. 91-92).

Na retórica de Pequim, “Building a strong national defense and powerful armed forces is a strategic task of China's modernization drive and a security guarantee for China's peaceful development. (...) China's armed forces take their dream of making the military strong as part of the Chinese Dream” (Xinhua, 2015)⁵, afirmando constantemente que as capacidades militares chinesas são “puramente defensivas”, nunca um instrumento de coerção nem destinadas a impor a sua hegemonia. No entanto, além da dimensão e do ritmo do seu fortalecimento militar, certas iniciativas da China nos últimos anos contribuem para as inquietações crescentes de outros atores. Dessas iniciativas, destacam-se a crescente presença militar no disputado Mar do Sul da China – incluindo a construção de novas bases militares em vários atóis e ilhas; o estabelecimento, pela primeira vez, em novembro de 2013, de uma Zona de Identificação de Defesa Aérea – Air Defense Identification Zone (ADIZ) – chinesa, e que se sobrepõe às ADIZ do Japão e da Coreia do Sul no Mar da China Oriental; a constante ingerência chinesa no espaço aéreo e marítimo japonês em torno das disputadas ilhas Senkaku/Diaoyu; a abertura da primeira base militar da China no estrangeiro, no Djibuti, em agosto de 2017; ou o *leasing* de várias ilhas das Maldivas, onde pretende estabelecer um observatório marítimo que forneça dados de subsuperfície para apoio à orientação de submarinos movidos a energia nuclear com sistemas de lança mísseis balísticos (SSBN) no Oceano Índico.

Assim, na visão de certos observadores, “China has fundamentally transformed the strategic landscape in the Indo-Pacific, raising new challenges for regional countries like Japan, India, Vietnam, and Australia” (Chellaney, 2018, p. 39). A postura chinesa nos Mares da China e nos Oceanos Índico e Pacífico leva outros governos a referirem mesmo uma “abordagem coerciva”: “China's attempts to change the status quo by coercion” (Ministry of Defense of Japan, 2018); “Coercive Approach. China's leaders use tactics short of armed conflict to pursue China's strategic objectives.... The PLAN's evolving focus – from ‘offshore waters defense’ to a mix of ‘offshore waters defense’ and ‘open seas protection’ – reflects the high command's

5 Consultar “Preface” e o capítulo “II. Missions and Strategic Tasks of China's Armed Forces”.

expanding interest in a wider operational reach. China's military strategy and ongoing PLA reform reflect the abandonment of its historically land-centric mentality" (US DoD, 2018a, p. 46). Estas expressões exemplificam como o "fator China" não respeita apenas ao "poder nacional abrangente" da China, mas também à percepção e às motivações que os outros atores lhe atribuem.

Paralelamente, parte das novas percepções sobre a China resultam da "personalização" do poder em Pequim. Com efeito, no regime "tecno-nacionalista" chinês (Romana, 2009; Cunha, 2016; Yeung, 2017), a personalidade de Xi Jinping – no poder desde 2012 e claramente o dirigente chinês mais poderoso desde Mao Zedong e até considerado o "homem mais poderoso do mundo" (The Economist, 2017) –, com uma postura mais afirmativa e confiante, parece afetar as percepções de outros atores sobre a China e suas ambições, designadamente a propósito do significado e alcance de ideias de Xi Jinping como *Chinese Dream*, *Major Country Diplomacy*, *Global Asia* ou *Belt and Road Initiative*⁶. O próprio secretário de estado dos EUA Mike Pompeo reconheceu que "If you go look at President [Xi Jinping's] stated intentions, you can clearly see that China has a plan that is different than the one that they had five years ago or even two or three years ago...our Administration has recognised the difference in China's behaviour and the requirement for an American response to that changed behaviour" (Delaney, 2018).

Por outro lado, o poder da China tem necessariamente de ser enquadrado à luz dos seus objetivos e da sua estratégia. Quanto aos grandes objetivos da China, mantêm-se os traçados por Deng Xiaoping no final dos anos 1970, se bem que a atual equipa dirigente, com Xi Jinping ao centro, apresenta esses objetivos de uma forma mais concreta e ambiciosa, relacionando o "sonho chinês" de fortalecimento e rejuvenescimento do "poder nacional abrangente" da China com a celebração de "dois centenários" simbólicos para o regime comunista chinês: "China's national strategic goal is to complete the building of a moderately prosperous society in all respects by 2021 when the CCP celebrates its centenary; and the building of a modern socialist country that is prosperous, strong, democratic, culturally advanced and harmonious by 2049 when the People's Republic of China (PRC) marks its centenary. It is a Chinese Dream of achieving the great rejuvenation of the Chinese nation. The Chinese Dream is to make the country strong (...)" (Xinhua, 2015)⁷.

Relativamente à "grande estratégia", Pequim descreve as primeiras décadas do século XXI como um "período de oportunidades" para a China, pelo que o estratega virtuoso apenas tem de tirar partido da "propensão das coisas" para, naturalmente, o poder nacional abrangente da China ir crescendo com o tempo. Trata-se,

6 Ver Vick, Campbell e Chi (2017), Gueorguiev (2018), Garrick e Bennett (2018), Wang (2019) e Lin (2019).

7 Consultar o capítulo "II. Missions and Strategic Tasks of China's Armed Forces".

assim, de uma estratégia de longo prazo, insistindo Pequim na *peacefull rise* (ascensão benigna) da China e na lógica *win-win* – com benefícios mútuos para a China e seus parceiros –, sem assumir uma postura tipicamente confrontacional para não provocar um verdadeiro *containment* anti China nem perturbar a segurança e estabilidade regional (Tomé, 2010; 2013; 2018). Outros atores como os EUA, todavia, entendem que “China is leveraging military modernization, influence operations, and predatory economics to coerce neighboring countries to reorder the Indo-Pacific region to their advantage. As China continues its economic and military ascendance, asserting power through an all-of-nation long-term strategy, it will continue to pursue a military modernization program that seeks Indo-Pacific regional hegemony in the near-term and displacement of the United States to achieve global preeminence in the future” (US DoD, 2018b, p. 2).

O “fator China” está, portanto, relacionado quer com o crescimento do poder da China em todos os domínios, quer com as ambições geopolíticas de Pequim, quer ainda com as percepções de outros sobre o seu impacto na ordem regional e global. A transição do léxico ‘Ásia- para Indo-Pacífico’ não pode, assim, ser desligada de motivações geopolíticas de vários atores em face do “fator China”.

3. “Indo-Pacífico”: Narrativas, Motivações e Ambivalências

Os principais promotores da ideia de Indo-Pacífico têm sido dirigentes do Japão, dos EUA, da Austrália e da Índia. O grande catalisador foi a aproximação entre o Japão e a Índia no início dos anos 2000. No seu livro *Towards a Beautiful Country: My Vision for Japan*, Shinzo Abe (2006), que viria a ser primeiro-ministro do Japão, escreveu mesmo que “it would not be a surprise if in another 10 years, Japan-India relations overtake Japan-US and Japan-China ties”. Em 2006, o ministro dos negócios estrangeiros japonês Taro Aso (2006) anunciava “Japan’s enthusiasm for building an ‘arc of freedom and prosperity’ around the outer rim of the Eurasian continent through diplomacy that emphasizes values... of freedom, democracy, and respect for human rights and the rule of law”. Para Tóquio, não se tratava apenas de conceptualizar um “novo arco” como esfera estratégica, era também uma forma de cimentar relações-chave entre o Japão e os seus principais parceiros de segurança com base em interesses e valores comuns entre democracias – naturalmente, em face da ressurgência da China. Na mesma linha, momento crucial para a ideia Indo-Pacífico foi o agora famoso discurso “Confluence of Two Seas” do primeiro-ministro Shinzo Abe no parlamento indiano, em agosto de 2007, onde apelou a uma reconceptualização da *broader Asia*: “by Japan and India coming together in this way, this ‘broader Asia’ will evolve into an immense network spanning the entirety of the Pacific Ocean, incorporating the U.S. and Australia” (Abe, 2007). Ao mesmo tempo, o exercício anual naval Malabar entre a Índia e os EUA converteu-se num exercício multilateral na Baía de Bengala envolvendo também o Japão, a Aus-

trália e Singapura. Cinco anos depois, em 2012, o mesmo Shinzo Abe propunha um “Asia’s Democratic Security Diamond” apresentado como “a strategy whereby Australia, India, Japan, and the USA state of Hawaii form a diamond to safeguard the maritime commons stretching from the Indian Ocean region to the western Pacific” (Abe, 2012), mote de uma nova abordagem da política externa do Japão que priorizava a expansão dos seus horizontes estratégicos em resposta à crescente assertividade da China.

Desde então, o Japão, que fora igualmente um dos grandes promotores das noções de “Ásia-Oriental” e “Ásia-Pacífico”, passou a usar alternadamente também o termo Indo-Pacífico (Shiraishi, 2016). Na verdade, se os aliados EUA e a parceira Austrália eram há muito incluídos na visão “Ásia-Pacífico” de Tóquio, o desenvolvimento da nova parceria com a Índia revelou-se um dos mais importantes contribuintes para a expansão dessa visão regional e, portanto, para a ideia de Indo-Pacífico: entre muitos outros exemplos, nos últimos anos, Tóquio e Nova Deli estabeleceram um quadro de reuniões ministeriais “2+2” sobre segurança, assinaram dois acordos de cooperação em matéria de defesa e fizeram um *upgrade* no seu relacionamento com a *Special Strategic and Global Partnership*. Entretanto, a fórmula *Free and Open Indo-Pacific* (Ministry of Foreign Affairs of Japan, 2017) sintetiza a nova abordagem de Tóquio ao regionalismo, quer em prol da “normalização estratégica” do Japão, quer para contrabalanço da China, e tanto por motivações económicas como de segurança.

Os EUA adotaram o termo em 2010, quando a secretária de estado Hillary Clinton (2010) usou a noção Indo-Pacífico para justificar a crescente cooperação em matéria de segurança marítima dos EUA com a Austrália, Singapura, a Indonésia e a Índia. E sobretudo desde essa altura, a doutrina naval dos EUA tem sido adaptada no sentido de promover capacidades de projeção de forças para o Oceano Índico e contrabalançar com credibilidade a modernização naval da China no Pacífico Ocidental. Na celebração do 60.º Aniversário da aliança ANZUS – origem do topónimo em Australia, New Zeland e United States –, em 2011, Washington e Camberra reconheceram a transição para o Indo-Pacífico e, no ano seguinte, na Índia, o secretário da defesa Leon Panetta (2012) sublinhou que “we will expand our military partnerships and our presence in the arc extending from the Western Pacific and East Asia into the Indian Ocean region and South Asia”. Também em 2012, pela primeira vez, um documento oficial do Departamento de Defesa dos EUA (US DoD, 2012) assumia que “U.S. economic and security interests are inextricably linked to developments in the arc extending from the Western Pacific and East Asia into the Indian Ocean region and South Asia”. Desde aí, “the Indo-Pacific provided the USA a geographic concept that rationalised greater military alignments against China, by boosting its naval presence in the region and deepening ties with regional allies” (Wilson, 2018, p. 182).

Com o advento da Administração Trump, em janeiro de 2017, o léxico Indo-Pacífico passou a ser usado repetidamente nos discursos e documentos oficiais, em vez de “Ásia-Pacífico” que nunca aparece. A política asiática dos EUA é, então, sintetizada na fórmula *Free and Open Indo-Pacific* que dá mais ênfase à parceria com a Índia, como demonstram as palavras do antigo secretário de estado Rex Tillerson (2017): “The world’s center of gravity is shifting to the heart of the Indo-Pacific. The U.S. and India – with our shared goals of peace, security, freedom of navigation, and a free and open architecture – must serve as the eastern and western beacons of the Indo-Pacific”. De igual modo, a *National Security Strategy* (NSS) de dezembro de 2017 diz explicitamente que “We welcome India’s emergence as a leading global power and stronger strategic and defense partner” (The White House, 2017, p. 46). Por outro lado, e sobretudo, a *Free and Open Indo-Pacific* da Administração Trump coloca uma tônica muito maior na “competição” com a China, bem expressa na NSS cujo capítulo dedicado precisamente ao “Indo-Pacífico” abre assim: “A geopolitical competition between free and repressive visions of world order is taking place in the Indo-Pacific region – The region, which stretches from the west coast of India to the western shores of the United States... China is using economic inducements and penalties, influence operations, and implied military threats to persuade other states to heed its political and security agenda. China’s infrastructure investments and trade strategies reinforce its geopolitical aspirations... China presents its ambitions as mutually beneficial, but Chinese dominance risks diminishing the sovereignty of many states in the Indo-Pacific. States throughout the region are calling for sustained U.S. leadership in a collective response that upholds a regional order respectful of sovereignty and Independence” (*Ibid.*, pp. 45-46).

O governo australiano tem sido outro promotor entusiasta do conceito Indo-Pacífico. No seu *Defence White Paper 2013*, é referido o *Indo-Pacific strategic arc*, pela primeira vez, como zona de interesse estratégico (Department of Defence, 2013). Esta adoção formal por um governo Trabalhista foi reafirmada pelo governo Liberal-Nacional no seu *Foreign Policy White Paper of 2017* (Australian Government, 2017). A popularidade do léxico Indo-Pacífico na Austrália parece assentar em dois aspectos. Primeiro, agrega e conjuga dois teatros de segurança marítima – o Índico Oriental e o Pacífico Ocidental – que muito apela à *two ocean geography* única da Austrália (Phillips, 2016) ou, como afirma Mark Beeson (2018, p. 93), “From an Australian perspective, the Indo-Pacific idea makes a good deal of sense. After all, Australia is literally and metaphorically at the centre of the putative region”. Segundo, a par das tradicionais alianças com os EUA e parceria com o Japão, a nova conceção dá um melhor sentido às relações da Austrália com a Índia, incluindo a abertura de novas vias de comunicação marítima entre o Pacífico e o Índico, gerindo entre os quatro a expansão naval chinesa (Brewster, 2016). Conforme referiu o Australian High Commissioner to India (Sidhu, 2016), “We now describe the region as the

‘Indo-Pacific’”. Na verdade, os discursos oficiais da Austrália sobre o Indo-Pacífico raramente mencionam a dimensão chinesa, surgindo o envolvimento da Índia nos assuntos de segurança marítima como proeminente.

A Índia adotou oficialmente o léxico Indo-Pacífico em 2012. O primeiro-ministro indiano Manmohan Singh (2012) referiu-o primeiramente num apelo ao reforço da cooperação Índia-ASEAN, tornando-se a partir daí, termo comumente usado nos discursos e documentos da política externa indiana. A realidade é que a conceção Indo-Pacífico faz um bom compromisso para a Índia: ao redefinir a “região” desde a sua vizinhança na Ásia do Sul até à Ásia Oriental e ao Pacífico, fornece um *frame* geográfico em que várias novas iniciativas da Índia podem ser incluídas. Uma delas é a tradicional política *Look East* que, em 2014, foi revigorada e reescrita como *Act East* pelo novo governo de Narendra Modi. Outra é a reformulação da posição diplomática da Índia, afastando-se da convencional doutrina de não-alinhamento e fazendo emergir a nova doutrina de “autonomia estratégica” no âmbito da qual a Índia ainda evita alianças formais mas desenvolve parcerias estratégicas – em particular, com EUA, Japão e Austrália para contrabalançar a China (Mohan, 2012; Scott, 2012; Lee, 2015; Brewster, 2016). E há ainda o simples facto da designação Indo-Pacífico reconhecer melhor o estatuto da Índia como potência regional: “The earlier concept of the Asia-Pacific had sought to exclude India... We are glad that the mental map of the Asia Pacific has changed and that the center of gravity has moved westward to include India” (Rao, 2013).

A conceção Indo-Pacífico consolidou-se nos últimos anos em Tóquio, Washington, Canberra e Nova Deli, independentemente de alterações nos respetivos governos. Entretanto, o termo começou a ser usado também por outros atores, desde logo, países do Sudeste Asiático como a Indonésia, Singapura ou Malásia (Shekar e Liow, 2014; Lee e Lee, 2016; Ott, 2019). Por exemplo, o presidente indonésio, Jokowi Widodo, desenvolveu uma visão Indo-Pacífico, desde 2014, pretendendo recuperar o Oceano Índico no imaginário regional da Indonésia como potência marítima entre dois continentes (Ásia e Austrália) e dois oceanos (o Índico e o Pacífico) (Shekar e Liow, 2014).

O Indo-Pacífico não é apenas uma extensão espacial da Ásia-Pacífico, representando uma nova conceptualização do que constitui “a região”, que assuntos compõem a sua agenda e que interdependências aí existem. No seu cerne, o Indo-Pacífico indicia uma convergência das trajetórias económica e securitária das suas regiões oceânicas constituintes, mas as narrativas sobre o Indo-Pacífico sublinham, essencialmente, a componente da segurança, designadamente na vertente marítima. E se é verdade que o léxico é frequentemente citado a propósito de desafios não convencionais à segurança, da dimensão económica e energética à pirataria marítima, bem como a propósito da interconectividade e do comércio global, as motivações são essencialmente de natureza geopolítica. A causa disso é a crescente

ansiedade resultante da percepção de que a estrutura de poder na Ásia, no Índico e no Pacífico está a sofrer uma profunda e rápida metamorfose. O principal catalisador é o “fator China”, pelos motivos apresentados anteriormente. Outro é a emergência da Índia como ator de segurança e elo no contrabalanço à China, do Índico ao Pacífico.

As preocupações de segurança e as motivações geopolíticas são refletidas em grande parte nas narrativas dos quatro grandes promotores da ideia de Indo-Pacífico e que se identificam entre si como parceiros-chave nesta construção. Assim, o Indo-Pacífico surge como um discurso vagamente coordenado pelos parceiros do Quad ou “Iniciativa Quadrilateral”, diálogo informal de segurança estabelecido desde 2007 entre EUA, Japão, Austrália e Índia. Ao Quad junta-se a rede de “triângulos estratégicos”, designadamente o Trilateral Strategic Dialogue (TSD), EUA-Japão-Austrália, existente desde 2002 e elevado a nível ministerial em 2005; o diálogo trilateral EUA-Japão-Índia, desde 2011 e elevado ao nível ministerial em 2015; e o mais recente, desde 2015, o Trilateral Dialogue Senior Officials Meeting, Japão-Índia-Austrália. A única trilateral do Quad que ainda não foi desenvolvida é a possível EUA-Índia-Austrália. Até certo ponto, portanto, o Indo-Pacífico tem operacionalização no Quad e nos três diálogos trilaterais entre os mesmos parceiros, virtualmente visando diluir a influência e o poder da China, ao mesmo tempo que tenta restaurar um certo equilíbrio geopolítico e geoestratégico nessa macrorregião. Contudo, a arquitetura de segurança na Ásia/Indo-Pacífico (Tomé, 2013) é bastante mais complexa e a realidade geopolítica tem múltiplas facetas. Desde logo, conforme argumentam Envall e Hall (2016, p. 88], “strategic partnerships are best understood as a new “security practice” ... that they signal the emergence of new forms of “security governance” in Asia”. Depois, o Quad chegou a estar defunto após o anúncio de retirada da Austrália pelo antigo primeiro-ministro Kevin Rudd, em 2008. Só em novembro de 2017 o primeiro-ministro australiano Malcom Turnbull apoiou a restauração do diálogo de segurança Quad, ensejo suportado pela Administração Trump que inscreveu na sua NSS “We will seek to increase quadrilateral cooperation with Japan, Australia, and India” (The White House, 2017, p. 46). Este renascimento do Quad estimulou novos debates acerca da arquitetura de segurança regional – sobretudo, papel e posição dos EUA – e, por outro lado, sobre um novo âmbito económico inerente à conceção Indo-Pacífico.

Com efeito, além das motivações essencialmente geopolíticas e geoestratégicas associadas à ideia de Indo-Pacífico, a *Free and Open Indo-Pacific* dos EUA inclui também a dimensão da geoeconomia, isto é, um certo uso geopolítico do poder económico. Aparentemente, esta evolução surge em resposta ao avanço da BRI chinesa: “China’s leaders increasingly seek to leverage China’s growing economic, diplomatic, and military clout to establish regional preeminence and expand the country’s international influence. “One Belt, One Road,” now renamed the ‘Belt and Road

Initiative' (BRI), is intended to develop strong economic ties with other countries, shape their interests to align with China's, and deter confrontation or criticism of China's approach to sensitive issues" (US DoD, 2018a, p. i).

Em julho de 2018, o secretário de estado Mike Pompeo anunciou a *Indo-Pacific Economic Vision*, programa de parcerias e projetos impressivamente destinado a contrabalançar a crescente influência da China e, em particular, a BRI: "When China shows up with bribes to senior leaders in countries in exchange for infrastructure projects that will harm the people of that nation, then this idea of a treasury-run empire build is something that I think would be bad for each of those countries, and certainly presents risks to American interests" (Delaney, 2018). O anúncio da *Indo-Pacific Economic Vision* foi acompanhado pela disponibilização de um fundo especial de 113 milhões de USD para apoiar exportações de tecnologia, desenvolvimento de infraestruturas e reconversão energética. Esta verba soma-se aos 60 mil milhões de USD que a Casa Branca tinha já angariado para a Overseas Private Investment Corporation (OPIC) e seus investimentos em todo o mundo. Além disso, a Austrália e o Japão associaram-se a esta iniciativa americana e estão a mobilizar também alguns recursos. Em novembro de 2018, numa visita ao Japão, o vice-presidente dos EUA Mike Pence reafirmava esta "estratégia": "We seek an Indo-Pacific where every nation, from the shores of the Indian Ocean to the West Coast of the Americas, east to west, north to south, are free to follow their own path, pursue their own interests, and where the seas and skies are open to all engaged in peaceful activity; where sovereign nations grow stronger together. Authoritarianism and aggression have no place in the Indo-Pacific... By its very definition, a free and open Indo-Pacific is one that cannot be imposed. It must be built, nation by nation, through strong partnerships... My nation now offers \$60 billion in development financing, and infrastructure projects in the Indo-Pacific will be a priority for the United States of America. We're also grateful, Mr. Prime Minister, that Japan has targeted \$10 billion in investment by public and private organizations to promising energy infrastructure projects.... Also, the United States, Japan, and Australia have committed to work together to encourage renewed private investments in infrastructure projects. Through enhanced cooperation on development financing, we will help build up the immense Indo-Pacific together" (Pence, 2018b). No entanto, os fundos da *Indo-Pacific Economic Vision* são escassos comparativamente ao bilião de USD previsto na BRI chinesa – só no Paquistão, os projetos em infraestruturas da China representam 62 mil milhões de USD (Chandran, 2018). Na situação atual, portanto, é difícil ver que a *Indo-Pacific Economic Vision* seja uma real alternativa à BRI, embora ofereça mais opções aos países da região.

A *Indo-Pacific Economic Vision* tem uma faceta competitiva somando-se, aliás, à "guerra comercial" que a Administração Trump instigou contra a China ao longo de 2018. Contudo, essa "visão" foi anunciada mais de um ano depois da retirada

dos EUA do acordo comercial Trans-Pacific Partnership (TPP) que a Administração Obama tinha concluído, em 2016, com outros 11 parceiros da região – incluindo a Austrália e o Japão, mas não a Índia, e também Brunei, Chile, Nova Zelândia, Singapura, Canadá, Malásia, México, Peru e Vietname –, precisamente como mecanismo de contrabalanço à influência da China. Além disso, a generalidade dos outros parceiros dos EUA, na Ásia-Pacífico e não só, têm sido também eles visados pelas práticas protecionistas da Administração Trump. E ao contrário das expectativas, o TTP não só não ruiu com a retirada dos EUA como os outros 11 parceiros o reforçaram com a assinatura, em março de 2018, do Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership (CPTPP). Ou seja, a *Indo-Pacific Economic Vision* pode ser entendida não apenas como resposta à BRI chinesa mas também como reação ao CPTPP e tentativa de restaurar a confiança dos parceiros regionais na liderança americana de uma ordem económica liberal.

Depois, quer os membros do Quad quer a generalidade das outras economias da Ásia/Indo-Pacífico têm na China um dos seus principais parceiros económicos e comerciais; mesmo agregando a UE28, a China é o maior parceiro comercial do Japão – representando um *share* de 21,7% no total do comércio externo japonês –, da ASEAN10 (21,8%), da Coreia do Sul (23%) ou da Austrália (28,2%), e o 2.º maior do EUA – significando a China uma parcela de 16,4% do comércio externo americano –, Rússia ou Índia (European Commission, s.d.)⁸. Por seu lado, os maiores parceiros comerciais da China, somando importações e exportações, são a UE28 (com um *share* de 15,1%), os EUA (parcela de 14,3%), a ASEAN10 (10,3%), o Japão (7,4%) e a Coreia do Sul (6,5%) (*Ibid.*). Nestas condições, não é expectável grande motivação da generalidade das economias regionais para “guerras comerciais” com a China, desde logo, pelo possível dano nas suas próprias economias. Até perante os resultados, para já, da guerra comercial promovida pela Administração Trump contra a China: apesar do abrandamento no volume de exportações e importações da China, em 2018, o *superavit* comercial da China face aos EUA aumentou mais de 17% entre 2017 e 2018, e atingiu os 323,3 mil milhões de USD (Bloomberg News, 2019).

Por outro lado, o Quad limita-se a assuntos de segurança, não está verdadeiramente institucionalizado e é incerto se envolverá outros parceiros. Um eventual “Quad + 2” ou até “Quad + 4” parece demasiado ambicioso nesta fase: Singapura e Nova Zelândia, que vêm sendo referidos (McGregor, 2018), não mostram muita pressa em avançar nesse sentido; e a França e o Reino Unido, ambos com importante presença naval no Índico e no Pacífico, não parecem verdadeiramente vocacionados para esse efeito. Ainda assim, durante a visita oficial do presidente francês Emmanuel Macron a Nova Deli, em 2018, França e Índia acordaram acesso recí-

8 Os dados apresentados são referentes a 2017.

proco às bases navais uma da outra, acordo este similar ao Logistics Exchange Memorandum of Agreement (LEMOA) da Índia com os EUA.

Paralelamente, os parceiros do Quad têm, todos e cada um deles, também parcerias estratégicas bilaterais com a China: a Constructive Strategic Partnership EUA-China, a Friendly Cooperative Partnership Japão-China, a Constructive Partnership of Cooperation towards 21st Century Índia-China e a Cooperative Partnership Austrália-China. Além disso, o Japão e a China integram o “triângulo estratégico” com a Coreia do Sul, e os mesmos três parceiros têm um diálogo coordenado com a ASEAN no âmbito do “ASEAN+3”. A Índia é parte do “triângulo estratégico” com a China e a Rússia, parceiros com quem reúne igualmente no âmbito do mecanismo BRICS e da Organização de Cooperação de Xangai (OCS/SCO) de que a Índia se tornou membro em 2017! Acrescem os diálogos e a cooperação com a China no quadro de outros mecanismos e organizações internacionais/regionais: por exemplo, EUA e Japão fazem parte com a China das “Conversações a Seis” – juntando ainda a Rússia e as duas Coreias – sobre o programa nuclear e míssil norte-coreano; EUA, Japão e Austrália estão com a China na APEC; Japão, Austrália e Índia integram com a China – e Coreia do Sul e Nova Zelândia – o Diálogo “ASEAN+6” e o acordo regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP); e os quatro Quad – EUA, Japão, Austrália e Índia – estão com a China em inúmeros organismos regionais e internacionais, do ARF ao G20, UN-ESCAP, OMC ou EAS.

Ou seja, mais do que dois “eixos” puros e simples, putativamente um em torno da China e outro anti China – Quad liderado pelos EUA –, o que realmente existe na geopolítica regional é uma muito densa e complexa rede de comportamentos e relações, competitivas e cooperativas, entre os mesmos atores, dando sentido ao que apelidámos de *conagement* (*containment+engagement*) (Tomé 2009; 2010; 2013; 2017). Ora, este “perfil” geopolítico não se altera simplesmente pela alteração de designação da região, com a agravante do léxico Indo-Pacífico, ao invés da Ásia-Pacífico, não ter base institucional para lá do “minilateralismo” Quad. Também por isto, o “Indo-Pacífico” terá poucas possibilidades de ser verdadeiramente operacionalizado e institucionalizado se não envolver, de alguma forma, a China, paradoxalmente.

Aliás, o processo em torno do Indo-Pacífico faz lembrar os primórdios da institucionalização da “Ásia-Pacífico”. Em 1989/90, coincidindo o fim da Guerra Fria e com a “tragédia de Tiananmen”, que parecia colocar a China em sentido contrário à “nova ordem internacional”, o lançamento da APEC – por iniciativa de Japão, Austrália e EUA – surgia não apenas como novo mecanismo de cooperação económica na Ásia-Pacífico mas também como “grupo exclusivo” excluindo a China. Porém, a China cedo foi incluída na APEC, logo em 1991, para benefício de todas as economias da APEC e da estabilidade e segurança regional – curiosamente, a Índia nunca aderiu à APEC –, da mesma forma que a China seria depois incluída no ARF

ou na EAS, fóruns de diálogos regionais em matéria de segurança, entre outros quadros que institucionalizam a Ásia-Pacífico.

Sobra ainda a questão da percepção chinesa sobre a concepção Indo-Pacífico⁹, na medida em que a promoção desse termo tem associado um discurso de *containment* da China, ou mesmo anti China, não é surpreendente que os comentários chineses tenham começado por ser de crítica ao Indo-Pacífico, “a set of minilateral institutions against China” (Yang e Zhao, 2014, p. 192). E, de facto, o conceito não entrou na política externa chinesa em termos oficiais. Isto não significa, todavia, que a concepção “regional” de Pequim não se tenha alterado e que a visão sobre o léxico Indo-Pacífico não tenha evoluído.

Com a ascensão de Xi Jinping, em 2012, Pequim redescobriu a “região Ásia” e uma nova concepção de “segurança coletiva asiática”. Na 4.^a Cimeira da Conference on Interaction and Confidence Building Measures in Asia (CICA) realizada em Xangai, em maio de 2014, Xi Jinping (2014) apresentou a sua visão de “segurança coletiva”: “security must be universal, equal and inclusive”; e, pela primeira vez, a sua versão de pan-asiatismo, “In the final analysis, let the people of Asia run the affairs of Asia, solve the problems of Asia and uphold the security of Asia. The people of Asia have the capacity and wisdom to achieve peace and stability through enhanced cooperation”, acrescentando que “the outside countries, on their part, should respect the diversity of our region and do their part to facilitate its development and stability”. No entanto, esta linguagem do pan-asiatismo não durou muito, pela simples razão de que “excluía” expressamente os “não-asiáticos” e Pequim rapidamente compreendeu que seria impossível excluir os EUA da governação da segurança na região – os EUA tinham aliados na Ásia e eram parte das organizações regionais que incidem sobre assuntos de segurança como o ARF ou a EAS –, passando, então, a enfatizar o “importante papel” dos EUA na região.

Entretanto, a visão chinesa sobre a “região” estendeu-se para uma dimensão global, vertida na concepção *Global Asia* – a Ásia é reconceptualizada globalmente, e não limitada pela geografia ou com foco em organizações regionais. Para Pequim, o “regionalismo” asiático inclui não apenas o nordeste e o sudeste asiáticos (Ásia Oriental) mas também as Ásias Central e Meridional, pelo que a *Global Asia* é concebida como a interligação da Ásia à Europa e a África, e ainda aos Oceanos Índico e Pacífico. Ou seja, a *Global Asia* é a combinação das “regiões” continental e marítima, e foi com base nesta concepção que Xi Jinping propôs a *Belt and Road Initiative*. Paradoxalmente, a expansão imaginária associada à *Global Asia* torna a noção de Indo-Pacífico menos incómoda para a China, uma vez que os elementos conceptuais do Indo-Pacífico combinam com a componente marítima da BRI. Na realidade,

9 Ver sobre este assunto Zhao (2014), Luo e Zhang (2014), Cooper e Shearer (2017), Xianqing (2018) e Baogang He (2018).

conforme explica Baogang He (2018, p. 123), “the notion of the Indo-Central Asia-Pacific seems in favour of Chinese strategic advantage. The BRI is illustrative in this regard”. Por conseguinte, Pequim tem uma segunda possível resposta geopolítica à conceção Indo-Pacífico: a primeira confunde o termo com contenção anti China e, portanto, opõe-se-lhe resolutamente; mas a segunda coopta a ideia e explora-a no quadro da BRI.

Considerações Finais: Quo Vadis Indo-Pacífico?

Grande potência ressurgente com o seu “poder nacional abrangente” em rápido crescimento, a China tem um papel decisivo na transformação em curso da estrutura de poder mundial, designadamente na Ásia e nos Oceanos Índico e Pacífico, afetando as perceções, comportamentos e interações de todos os outros atores. A *Belt and Road Initiative*, pela sua ambição e envergadura, bem como pelas adesões e reações de inúmeros países a essa iniciativa, é um exemplo paradigmático de como o poder económico se conjuga com a visão geopolítica da China e também de como uma iniciativa chinesa desencadeia dinâmicas percecionais, ideacionais e comportamentais de outros atores, da Ásia à Europa, África e Américas. De igual modo, o fortalecimento e a modernização militar da China tem profundas repercussões nos equilíbrios geoestratégicos, na segurança global e na ordem internacional, colocando novos desafios aos seus vizinhos e aos EUA e à arquitetura de segurança regional.

Para os principais proponentes desta conceção – Japão, EUA, Austrália e Índia –, o novo léxico surge, primeiramente, como expressão da necessidade de responder ao “fator China”. Paralelamente, o Indo-Pacífico exprime as ansiedades dos parceiros Quad sobre a modernização naval chinesa, a maior assertividade de Pequim sobre mares e territórios disputados e a sua estratégia de anti acesso/negação de área. A perceção de que a segurança marítima e das vias de comunicação marítima podem ficar comprometidas pelas ambições geoestratégicas da China motiva aqueles quatro governos a expandirem a noção de Ásia-Pacífico para o Índico como forma, desde logo, de envolver a Índia na articulação face à China. Por conseguinte, são essencialmente preocupações de segurança marítima e motivações de natureza geopolítica que levam os países do Quad a promover a ideia de Indo-Pacífico. Portanto, para lá da circunstância geográfica resultante da associação dos dois oceanos numa “região”, a conceptualização de Indo-Pacífico é parte de uma visão e de uma estratégia política naquele vasto espaço.

Apesar de preocupações comuns e de um racional partilhado, os quatro parceiros do Quad têm adotado definições de Indo-Pacífico como reflexo das suas próprias visões e preferências geopolíticas, não totalmente coincidentes. Os EUA e a Austrália expressam uma conceção minimalista baseada na simples incorporação da Índia na habitual noção de Ásia-Pacífico, mas a conceção da Austrália é muito mais

moderada a propósito do “fator China” comparativamente aos EUA, cuja concepção é claramente de pendor competitivo contra a China. À Índia interessa que a “Ásia-Pacífico” a incorpore e se estenda para o Índico, mas favorece uma concepção de Indo-Pacífico focada na sua vizinhança próxima e no Oceano Índico. E o Japão adota uma concepção mais ampla de contenção da China no quadro da sua visão de *broadier Asia*.

A narrativa incidindo na “região Indo-Pacífico” tem expressão no Quad e nos “triângulos estratégicos” entre, precisamente, Japão, EUA, Austrália e Índia. Porém, o Quad limita-se a assuntos de segurança e não está verdadeiramente institucionalizado, e é difícil uma região do globo o ser efetivamente em política internacional sem um quadro institucional que defina minimamente os países da “região”, os assuntos da agenda “regional” e que “outros”, residentes e não residentes, reconheçam igualmente a existência dessa “região”. Com efeito, uma coisa é utilizar um conceito para exprimir uma visão política e/ou um grupo de parceiros, outra é consagrar uma verdadeira região em política internacional. Aliás, os propósitos geopolíticos associados à invocação do Indo-Pacífico têm já enquadramento nas instituições da Ásia-Pacífico, pelo que, sem alterar a designação da “região”, se poderia envolver a Índia nas instituições regionais que ainda não integra, como a APEC, da mesma forma que se podem criar novas instituições e parcerias na região definida como Ásia-Pacífico. A realidade é que, mesmo para os proponentes do novo léxico, e entre eles, não é claro se o Indo-Pacífico inclui ou não a dimensão económica; se envolve uma componente continental (Ásia) ou apenas a dimensão marítima e oceânica; que outros países e/ou sub-regiões cabem ou podem ser incluídos nessa concepção; e se definitivamente “exclui” a China ou se esta pode ser envolvida.

A recente *Indo-Pacific Economic Vision* da Administração Trump amplia a concepção do domínio da segurança para o domínio económico, mas mais uma vez num racional competitivo contra a China, e designadamente a *Belt and Road Initiative* chinesa. Ora, dado o peso da China na economia e no comércio mundial, em particular nas economias da Ásia e ribeirinhas dos Oceanos Índico e Pacífico, e das interdependências mútuas, será muito difícil construir uma verdadeira “região económica” naquele espaço contra a China ou sem a China. Ou seja, pode já ser tarde para excluir a China de um projeto económico pan-regional. Além do mais, num contexto em que a credibilidade dos EUA para liderar uma ordem económica liberal multilateral está ferida pelos discursos e práticas protecionistas da Administração Trump que têm visado a generalidade dos seus parceiros e aliados. Provavelmente, os EUA enfrentarão mais dificuldades em implementar a sua *Indo-Pacific Economic Vision* se esta se limitar a uma lógica meramente anti China do que a China em implementar a sua *Belt and Road Initiative*.

Similarmente, o conceito Indo-Pacífico terá poucas possibilidades de se afirmar como referência regional se não tiver uma componente continental, isto é, envolver

sub-regiões do continente asiático. Mas aí a posição geográfica da China permite-lhe ter uma ligação estratégica mais forte entre a Ásia Central e o Oceano Índico do que os EUA, cuja influência é prejudicada pelo “tampão China” e pela descontinuidade geográfica entre o seu poder no Pacífico e a Ásia Central. Ao mesmo tempo, pode a China (com a Rússia) expandir a Organização de Cooperação de Xangai (OCS) para o nordeste asiático e/ou o sudeste asiático, recordando que a OCS já se alargou para a Ásia do Sul ao integrar, em 2017, o Paquistão e a Índia.

Acresce que tanto os parceiros do Quad como a grande maioria dos outros atores relevantes naquele espaço têm “parcerias estratégicas” com a China e dialogam/cooperam com Pequim em diferentes domínios, da segurança ao comércio, e por múltiplos canais ao nível bilateral, trilateral e multilateral. Efetivamente, os comportamentos e interações naquele espaço são um complexo muito denso de, simultaneamente, competição e cooperação, contenção e coordenação, entre os mesmos atores. Assim, a menos que a situação evolua tão negativamente que origine uma nova “cortina de ferro” entre “duas regiões” – que “pode” acontecer mas não é, de todo, o quadro atual –, o “Indo-Pacífico” terá poucas possibilidades de ser verdadeiramente operacionalizado e institucionalizado se não envolver, de alguma forma, a China. O paradoxo é evidente: o discurso sobre o Indo-Pacífico contém um racional anti China, mas para esse conceito vingar como efetivo substituto da “Ásia-Pacífico” terá de envolver a China! Por seu lado, para Pequim, se o Indo-Pacífico perder a conotação anti China, e uma vez que certos elementos conceptuais até combinam com a sua visão de *Global Asia*, designadamente na componente marítima, poderia cooptar o termo e adaptá-lo à BRI.

A nascente conceção de Indo-Pacífico é essencialmente produto da geopolítica, mas desvaloriza aspetos sociais, políticos, económicos e institucionais que ajudam a consolidar uma verdadeira “região” em política internacional. Enfatiza a segurança marítima, mas transpõe uma lógica comportamental tipicamente continental. Capta as profundas alterações geopolíticas em curso naquele vasto espaço, mas omite dinâmicas regionais e comportamentos e interações dos atores que são cruciais. Tem um racional anti China, mas a China tornou-se demasiado importante para todos os outros atores e para aquele espaço no seu conjunto. Tem associado um discurso de competição, mas naquele espaço há muita cooperação e paz, prosperidade e segurança relativas.

Nesta altura, portanto, o Indo-Pacífico é uma conceção demasiado ambígua e ambivalente para, de facto, substituir a reconhecida Ásia-Pacífico enquanto referência regional ou para definir uma nova região. Mas, enfim, com elevada probabilidade, será a evolução das relações EUA-China que ditará o futuro na Ásia-Pacífico e, logo, da conceção Indo-Pacífico.

Referências

- Abe, S., 2012. Asia's Democratic Security Diamond. *Project Syndicate* [Em linha], 27 de dezembro. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/a-strategic-alliance-for-japan-and-india-by-shinzo-abe?barrier=accesspaylog> [acesso em 01.02.2019].
- Abe, S., 2007. “Confluence of the Two Seas”. Speech by H. E. Mr. Shinzo Abe, Prime Minister of Japan at the Parliament of the Republic of India. *Ministry of Foreign Affairs of Japan* [Em linha] 22 de agosto. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/pmv0708/speech-2.html> [acesso em 01.02.2019].
- Abe, S., 2006. *Towards a Beautiful Country: My Vision for Japan*. Nova Iorque: Vertical.
- Adamson, F., 2019. Australian perspectives on the Indo-Pacific. *New Zealand International Review*, Jan/Feb, 44(1), pp. 6-9.
- Aso, T., 2006. Speech by Mr. Taro Aso, Minister for Foreign Affairs on the Occasion of the Japan Institute of International Affairs Seminar “Arc of Freedom and Prosperity: Japan's Expanding Diplomatic Horizons”. *Ministry of Foreign Affairs of Japan* [Em linha], 30 de novembro, Tóquio. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/announce/fm/aso/speech0611.html>
- Auslin, M., 2010. *Security in the Indo-Pacific Commons: Toward a Regional Strategy*. A Report of the American Enterprise Institute, dezembro, Washington. Disponível em: <http://www.aei.org/wp-content/uploads/2011/10/AuslinReportWedDec152010.pdf>
- Australian Government, 2017. *2017 Foreign Policy White Paper* [pdf], novembro. Department of Foreign Affairs and Trade, Camberra. Disponível em: <https://www.fpwwhitepaper.gov.au/foreign-policy-white-paper>
- Beeson, M., 2018. Institutionalizing the Indo-Pacific: the Challenges of Regional Cooperation. *East Asia*, 35(2), pp. 85-98.
- Beeson, M. e Wilson, J., 2018. The Indo-Pacific: Reconceptualizing the Asian Regional Space. *East Asia*, 35(2), pp. 79-84.
- Bloomberg News, 2019. China December Trade Slumps as Trade War, Economic Slowdown Bite. *Bloomberg* [Em linha], 02:23, 14 de janeiro. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-01-14/china-posts-record-trade-totals-in-2018-amid-tariff-war-threat> [acesso em 02.02.2019].
- BP, 2018. *BP Statistical Review of World Energy, June 2018*, 67th edition. British Petroleum (BP) [Em linha], Londres. Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2018-full-report.pdf>
- Brewster, D., 2016. Australia, India and the United States: The Challenge of Forging New Alignments in the Indo-Pacific. *United States Studies Centre* [Em linha], 25 de agosto, Sydney. Disponível em: <https://www.ussc.edu.au/analysis/australia-india-and-the-united-states-the-challenge-of-forging-new-alignments-in-the-indo-pacific>
- Carriço, A., 2015. *Harmonizando o Poder: Imagem, Diplomacia Pública e Diplomacia Militar da China*. Lisboa: Letras Itinerantes.

- Carriço, A., 2014. *A Diplomacia Militar da China: Tipologia, Objetivos e Desafios*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Cau, E., 2018. Geopolitical Implications of the Belt and Road Initiative: The Backbone for a New World Order? *Contemporary Chinese Political Economy and Strategic Relations: An International Journal*, 4(1), pp. 39-105.
- Central Intelligence Agency (CIA). *The World Factbook: China*. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html> [acesso em 23.01.2019].
- Chacko, P., ed., 2016. *New regional geopolitics in the Indo-Pacific. Drivers, dynamics and consequences*. Londres: Routledge, 132 pp.
- Chacko, P., 2014. The rise of the Indo-Pacific: understanding ideational change and continuity in India's foreign policy. *Australian Journal of International Affairs*, 68(4), pp. 433-452.
- Chacko, P. e Willis, D., 2018. Pivoting to Indo-Pacific? The Limits of Indian and Indonesian Integration. *East Asia*, 35, pp. 133-148.
- Chandran, N., 2018. New US spending in Asia won't match China but it's significant in other ways. *CNBC* [Em linha], 1:55 AM ET Tue, 31 de julho. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2018/07/31/new-us-spending-in-asia-wont-match-china-but-its-significant.html> [acesso em 03.02.2019].
- Chellaney, B., 2018. Japan's Pivotal Role in the Emerging Indo-Pacific Order. *Asia-Pacific Review*, 25(1), pp. 38-51.
- Chunhao, L. e Haiwen, Z., 2014. The US Pivot to the Indo-Pacific: Imperatives, Challenges and Cooperation. In Mohan Malik, ed., *Maritime Security in the Indo-Pacific: Perspectives from China, India and the United States*. Londres: Rowman & Littlefield Publishers, pp. 243-260.
- Clinton, H., 2010. *America's Engagement in the Asia-Pacific*, 28 de outubro. U. S. Department of State [Em linha], Archived Content. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2010/10/150141.htm> [acesso em 01.02.2019].
- Collin, K., 2015. Book Review "Maritime Security in the Indo-Pacific: Perspectives from China, India and the United States". *Contemporary Southeast Asia*, 37(1), pp. 137-139.
- Coons, C. e Talwar, P., 2018. The Case for a U.S.-India Partnership. *The National Interest*, 158, pp. 10-19.
- Cooper, Z. e Shearer, A., 2017. Thinking clearly about China's layered Indo-Pacific strategy. *Bulletin of the Atomic Scientists*, 73(5), pp. 305-311.
- Cunha, L., 2016. *China's Techno-Nationalism in the Global Era*. Lisboa: Instituto Internacional de Macau.
- Defense Intelligence Agency, 2019. *China Military Power: Modernizing a Force to Fight and Win*. Defense Intelligence Agency [Em linha], novembro, Military Power Publications. Disponível em: http://www.dia.mil/Portals/27/Documents/News/Military%20Power%20Publications/China_Military_Power_FINAL_5MB_20190103.pdf

- Delaney, R., 2018. Mike Pompeo promises US will meet China’s strategies with “strong and vigorous response”. *South China Morning Post* [Em linha], 23h15m, 27 de outubro. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/2170463/mike-pompeo-promises-us-will-meet-chinas-strategies-strong-and> [acesso em 01.02.2019].
- Department of Defence, 2013. *Defence White Paper 2013*. Department of Defence [Em linha], Australian Government. Disponível em: http://www.defence.gov.au/whitepaper/2013/docs/WP_2013_web.pdf
- Doyle, T., 2018. The Rise and Return of the Indo-Pacific: Oceans, Seas and Civilisational Linkages. *East Asia*, 35(2), pp. 99-115.
- Duarte, P., 2017. *A Faixa e Rota chinesa: a convergência entre Terra e Mar*. Lisboa: Instituto Internacional de Macau.
- Envall, H. e Hall, I., 2016. Asian strategic partnerships: new practices and regional security governance. *Asian Politics & Policy*, 8(1), pp. 87-105.
- European Commission, s.d.. *Countries and Regions*. European Commission [Em linha]. Disponível em: <http://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/> [acesso em 21.01.2019].
- Friedman, E., 2015. War or Peace in the Indo-Pacific. *China Review International*, 22(3/4), pp. 147-159.
- Garrick, J. e Bennett, Y., 2018. Xi Jinping Thought: Realisation of the Chinese Dream of National Rejuvenation? *China Perspectives*, vol. 2018, n°1/2, pp. 99-105.
- Grygiel, J., 2018. The Need For Allies. *National Review* [Em linha], 1:30 PM, 25 de outubro. Disponível em: <https://www.nationalreview.com/magazine/2018/11/12/the-need-for-allies/>
- Gueorguiev, D., 2018. Dictator’s Shadow: Chinese Elite Politics Under Xi Jinping. *China Perspectives*, 1/2, pp. 17-26.
- He, B., 2018. Chinese Expanded Perceptions of the Region and Its Changing Attitudes Toward the Indo-Pacific: a Hybrid Vision of the Institutionalization of the Indo-Pacific. *East Asia*, 35, pp. 117-132.
- He, K., 2018. Three Faces of the Indo-Pacific: Understanding the “Indo-Pacific” from an IR Theory Perspective. *East Asia*, 35(2), pp. 149-161.
- International Energy Agency (IEA), 2018. *Key World Energy Statistics 2018*, 21st edition. IEA [Em linha]. Disponível em: <https://webstore.iea.org/key-world-energy-statistics-2018>
- International Monetary Fund (IMF), 2018. *World Economic Outlook (October 2018)*. IMF [Em linha]. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/datasets/WEO> [acesso em 13.01.2019].
- Jain, P. e Horimoto, T., 2016. Japan and the Indo-Pacific. In Priya Chacko, ed., *New Regional Geopolitics in the Indo-Pacific: Drivers, Dynamics and Consequences*. Londres: Routledge, pp. 26-42.

- Jonas, A., 2006. Pro Scale: Further Reflections on the 'Scale Debate' in Human Geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 31(3), pp. 399-406.
- Jonhston, L., 2019. The Belt and Road Initiative: What is in it for China? *Asia & the Pacific Policy Studies*, 6(1), pp. 40-58.
- Jonhston, P., 2012. Security of maritime trade: a cooperative and coordinated approach for the Indo-Pacific region. *Australian Journal of Maritime & Ocean Affairs*, 4(1), pp. 1-10.
- Khurana, G., 2018. Multilateral Structures in the Indian Ocean: Review and Way Ahead in *Maritime Affairs: Journal of the National Maritime Foundation of India*, 14(1), pp. 11-23.
- Kristensen, H. e Norris, R., 2018. Status of World Nuclear Forces. *Federation of American Scientists* [Em linha], novembro. Disponível em: <https://fas.org/issues/nuclear-weapons/status-world-nuclear-forces/> [acesso em 24.01.2019].
- Lee, J., 2019. A Sea of Troubles. *The National Interest*, 159, pp. 58-65.
- Lee, L. e Lee, J., 2016. Japan-India Cooperation and Abe's Democratic Security Diamond: Possibilities, Limitations and the View from Southeast Asia. *Contemporary Southeast Asia*, 38(2), pp. 284-308.
- Lee, L., 2015. India as a Nation of Consequence in Asia: The Potential and Limitations of India's 'Act East' Policy. *Journal of East Asian Affairs*, 29(2), pp. 67-104.
- Lee-Brown, T., 2018. Asia's Security Triangles: Maritime Minilateralism in the Indo-Pacific. *East Asia*, 35, pp. 163-176.
- Lin, W., 2019. Transport geography and geopolitics: Visions, rules and militarism in China's Belt and Road Initiative and beyond. *Journal of Transport Geography*, 75, pp. 1-7.
- Lin, Z., 2019. Xi Jinping's 'Major Country Diplomacy': The Impacts of China's Growing Capacity. *Journal of Contemporary China*, 28(115), pp. 31-46.
- Luo, C. e Zhang, H., 2014. The US Pivot to the Indo-Pacific: Imperatives, Challenges and Cooperation. In M. Malik, ed., *Maritime Security in the Indo-Pacific: Perspectives from China, India and the United States*. Londres: Rowman & Littlefield: pp. 243-260.
- Manyin, M., et al., 2012. *Pivot to the Pacific? The Obama administration's "rebalancing" toward Asia*". CRS Report for Congress, 28 de março. Washington: Congressional Research Service. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/natsec/R42448.pdf>
- McGregor, R., 2018. *With China or Without?* 11 de abril, Lowy Institute. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/publications/china-or-without> [acesso em 07.05.2018].
- Medcalf, R., 2015. Reimagining Asia: From Asia-Pacific to Indo-Pacific. *The ASEAN Forum* [Em linha], março/abril, 7(2). Disponível em: <http://www.theaseanforum.org/reimagining-asia-from-asia-pacific-to-indo-pacific/> [acesso em 26.01.2019].
- Medcalf, R., 2014. In defence of the Indo-Pacific: Australia's new strategic map. *Australian Journal of International Affairs*, 68(4), pp. 470-483.
- Ministry of Defense of Japan, 2018. *Defense of Japan 2018*. Ministry of Defense [Em linha]. Disponível em: http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/2018.html [acesso em 01.02.2019].

- Ministry of Foreign Affairs of Japan, 2017. *A New Foreign Policy Strategy: “Free and Open Indo Pacific Strategy”*. Ministry of Foreign Affairs of Japan [Em linha]. Disponível em https://www.mofa.go.jp/policy/oda/white/2017/html/honbun/b1/s1_1.html [acesso em 01.02.2019].
- Mohan, C., 2012. *Samudra Manthan: Sino-Indian Rivalry in the Indo-Pacific*, outubro. Washington: Carnegie Endowment for International Peace.
- Ohashi, H., 2019. The Belt and Road Initiative (BRI) in the context of China’s opening-up policy. *Journal of Contemporary East Asia Studies*, 0(0), pp. 1-19.
- Ott, M., 2019. The View from Kuala Lumpur. *The National Interest*, Jan/Feb, 159, pp. 66-74.
- Pan, C., 2014. The ‘Indo-Pacific’ and geopolitical anxieties about China’s rise in the Asian regional order. *Australian Journal of International Affairs*, 68(4), pp. 453-469.
- Panetta, L., 2012. *Partners in the 21st Century*, 6 de junho. Address on Indo-US Defense Relations, Institute for Defense Studies and Analyses, Nova Deli.
- Pant, H. e Rej, A., 2018. Is India Ready for the Indo-Pacific? *The Washington Quarterly*, 41(2), pp. 47-61.
- Pence, M., 2018a. US seeks collaboration, not control, in the Indo-Pacific. *The Washington Post* [Em linha], 9 de novembro. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/opinions/mike-pence-the-united-states-seeks-collaboration-not-control-in-the-indo-pacific/2018/11/09/1a0c330a-e45a-11e8-b759-3d88a5ce9e19_story.html?utm_term=.8c249dca7e6d [acesso em 28.01.2019].
- Pence, M., 2018b. Remarks by Vice President Pence and Prime Minister Abe of Japan in Joint Press Statements, Tokyo, Japan. *The White House* [Em linha], 13 de novembro. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/remarks-vice-president-pence-prime-minister-abe-japan-joint-press-statements/> [acesso em 28.01.2019].
- Phillips, A., 2016. *From Hollywood to Bollywood? Recasting Australia’s Indo/Pacific Strategic Geography*. Barton: Australian Strategic Policy Institute. Disponível em: <https://www.aspi.org.au/report/hollywood-bollywood-recasting-australias-indopacific-strategic-geography>
- Poston Jr., D. e Wong, J. H., 2016. The Chinese diaspora: The current distribution of the overseas Chinese population. *Chinese Journal of Sociology*, 2(3), pp. 348-373.
- Rao, N., 2013. The Honorable Nirupama Rao: “America’s ‘Asian Pivot’: the View from India”. *Center for Contemporary South Asia* [Em linha], 5 de fevereiro. Disponível em Watson Institute for International and Public Affairs, Brown University: <https://watson.brown.edu/southasia/news/2013/honorable-nirupama-rao-america-s-asian-pivot-view-india-full-text-available> [acesso em 01.02.2019].
- Rogin, J., 2018. Trump’s Indo-Pacific strategy: Where’s the beef? *The Washington Post* [Em linha], 6 de junho. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/josh-rogin/wp/2018/06/06/trumps-indo-pacific-strategy-wheres-the-beef/?noredirect=on&utm_term=.26b0bdda495e

- Romana, H., 2009. Chinese and Russian Techno-Nationalism: some Geopolitical Elements. In Luis Tomé, ed., *East Asia Today*. Lisboa: Prefácio, pp. 225-234.
- Ruud, K., 2018. Can China and the United States Avoid War? *U.S. Naval Institute* [Em linha], dezembro. Disponível em: <https://www.usni.org/magazines/proceedings/2018-12/can-china-and-united-states-avoid-war> [acesso em 28.01.2019].
- Scott, D., 2013. Australia's Embrace of the 'Indo-Pacific': New Term, New Region, New Strategy? *International Relations of the Asia-Pacific*, 13(3), pp. 425-448.
- Scott, D., 2012. India and the Allure of the 'Indo-Pacific'. *International Studies*, 49(3/4), pp. 165-188.
- Shekar, V. e Liow, J., 2014. Indonesia as a Maritime Power: Jokowi's Vision, Strategies, and Obstacles Ahead. *Brookings Institute* [Em linha], 7 de novembro. Disponível em: <http://www.brookings.edu/research/articles/2014/11/indonesia-maritime-liow-shekar> [acesso em 21.01.2019].
- Shiraishi, T., 2016. Japan's Indo-Pacific Policy. *Carnegie Endowment for International Peace* [Em linha], 1 de março. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/2016/03/01/japan-s-indo-pacific-policy-pub-62929> [acesso em 30.01.2019].
- Sidhu, H., 2016. The View of Asia From Australia. *Australian High Commission* [Em linha], Nova Deli. Speech to the Asia Society, 12 de abril, Bombaim. Disponível em: <http://india.embassy.gov.au/ndli/asiasociety0416.html> [acesso em 02.02.2019].
- Simes, D., 2019. Dangerous Liaisons. *The National Interest*, Jan/Feb, 159, pp. 10-15.
- Singh, M., 2012. Opening Statement by Prime Minister at Plenary Session of India-ASEAN Commemorative Summit, 20 de dezembro. *Ministry of External Affairs* [Em linha], Government of India. Disponível em: <http://mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/20981/Opening+Statement+by+Prime+Minister+at+Plenary+Session+of+IndiaASEAN+Commemorative+Summit> [acesso em 02.02.2019].
- Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), 2018a. *Trends in International Arms Transfers, 2017*. SIPRI Fact Sheet [Em linha], março. Disponível em: https://www.sipri.org/sites/default/files/2018-03/fssipri_at2017_0.pdf
- Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), 2018b. *Trends in World Military Expenditure, 2017*. SIPRI Fact Sheet [Em linha], maio. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/sipri_fs_1805_milex_2017.pdf
- Swyngedouw, E., 2004. Globalisation or 'glocalisation'? Networks, Territories and Rescaling. *Cambridge Review of International Affairs*, 17(1), pp. 25-48.
- Thankachan, S., 2017. Japan's "Free and Open Indo-Pacific Strategy": Reality before the Rhetoric? *Maritime Affairs: Journal of the National Maritime Foundation of India*, 13(2), pp. 84-91.
- The Economist, 2017. The world's most powerful man. Xi Jinping has more clout than Donald Trump. The world should be wary. *The Economist* [Em linha], 14 de outubro. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2017/10/14/xi-jinping-has-more-clout-than-donald-trump-the-world-should-be-wary> [acesso em 22.01.2019].

- The State Council, 2018. Full text: China's Arctic Policy, White Paper. *The State Council Information Office* [Em linha], 1:50 PM, 27 de janeiro. Disponível em: http://english.gov.cn/archive/white_paper/2018/01/26/content_281476026660336.htm [acesso em 19.01.2019].
- The White House, 2017. *National Security Strategy of the United States of America*. The White House [Em linha], dezembro, Washington. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf> [acesso em 26.01.2019].
- Tillerson, R., 2017. Remarks on “Defining Our Relationship with India for the Next Century”, 18 de outubro. U. S. Department of State [Em linha], Center for Strategic and International Studies, Washington. Disponível em: <https://www.state.gov/secretary/20172018tillerson/remarks/2017/10/274913.htm> [acesso em 30.01.2019].
- Tomé, L., 2018. A República Popular da China como Potência Militar. In T. Rodrigues e R. Santos, coord., *A República Popular da China no Mundo Global do Século XXI* [pdf]. Atas do Seminário, 9 de maio de 2017. Cadernos do IUM, 25. Lisboa: Instituto Universitário Militar, pp. 37-57. Disponível em: <https://cidium.ium.pt/docs/publicacoes/2nepr6qqnvok0gw4s8.pdf> [acesso em 17.01.2019].
- Tomé, L., 2017. Ásia-Pacífico: Espaço Regional? Económico e de Segurança? In L. Moita e L. Valença Pinto, coord., *Espaços Económicos e Espaços de Segurança* [pdf]. Lisboa: OBSERVARE/U.A.L., pp. 303-326. Disponível em: http://observare.ual.pt/images/stories/obras_publicadas/Espacos-economicos-e-espacos-de-seguranca.pdf [acesso em 17.01.2019].
- Tomé, L., 2015. Multilateralismo e Regionalismo na Ásia-Pacífico. *Anuário Janus 2015-2016*. Lisboa: OBSERVARE/U.A.L., pp.130-131.
- Tomé, L., 2013. A Arquitetura de Segurança na Ásia-Pacífico. *Nação e Defesa*, n.º 134, pp. 21-42.
- Tomé, L., 2010. *A Geopolítica e o Complexo de Segurança na Ásia Oriental: Questões Teóricas e Conceptuais*. Tese de Doutoramento em Relações Internacionais [pdf]. Coimbra: Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14031/1/A%20geopol%C3%ADtica%20e%20o%20complexo%20de%20seguran%C3%A7a%20na%20%C3%81sia.pdf> [acesso em 17.01.2019].
- Tomé, L., 2009. Security and Geopolitics in East Asia Today: one region, two faces. In L. Tomé, ed., *East Asia Today*. Lisboa: Prefácio, pp. 27-82.
- U. S. Department of Defense (US DoD), 2018a. *Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2018*. U. S. Department of Defense [Em linha], 16 de maio, Washington. Disponível em: <https://media.defense.gov/2018/Aug/16/2001955282/-1/-1/1/2018-CHINA-MILITARY-POWER-REPORT.PDF>.
- U. S. Department of Defense (US DoD), 2018b. *Summary of the 2018 National Defense Strategy of the United States of America*. U. S. Department of Defense [Em linha], Washington. Disponível em: <https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf> [acesso em 24.01.2019].

- U. S. Department of Defense (US DoD), 2012. *Sustaining US Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense*. Washington: U. S. Department of Defense. Disponível em: http://nssarchive.us/wp-content/uploads/2018/01/defense_strategic_guidance.pdf
- Vick, K., Campbell, C. e Chi, Z., 2017. Xi Jinping in Time, 190(25/26), pp. 80-88.
- Wang, J., 2019. Xi Jinping's 'Major Country Diplomacy': A Paradigm Shift? *Journal of Contemporary China*, 28(115), pp. 15-30.
- Wilson, J., 2018. Rescaling to the Indo-Pacific: From Economic to Security-Driven Regionalism in Asia. *East Asia*, 35(2), pp. 177-196.
- World Trade Organization (WTO), 2018. *Trade Profiles: China*. WTO [Em linha]. Disponível em: <http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFView.aspx?Country=CN> [acesso em 13.01.2019].
- Xi Jinping, 2014. *The Governance of China*, 1st ed.. Pequim: Foreign Language Press.
- Xianqing, H., 2018. Dualistic Thinking. *Beijing Review*, 61(34), pp. 24-25.
- Xinhua, 2019. Highlights of Xi's speech at gathering marking 40th anniversary of Message to Compatriots in Taiwan. *New China* [Em linha], 21:52:50, 2 de janeiro. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2019-01/02/c_137715300.htm [acesso em 27.01.2019].
- Xinhua, 2018. Xi gives new impetus to Belt and Road Initiative. *China Daily* [Em linha], 08:37, 28 de agosto. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/a/201808/28/WS5b84994fa310add14f388114.html> [acesso em 22.01.2019].
- Xinhua, 2015. China's Military Strategy, White Paper. *The State Council* [Em linha], Updated 10:55 AM, 27 de maio. Disponível em: http://english.gov.cn/archive/white_paper/2015/05/27/content_281475115610833.htm [acesso em 12.01.2019].
- Yang, Y. e Zhao, Q., 2014. The 'Indo-Pacific' concept: Implication for China. In Mohan Malik, ed., *Maritime Security in the Indo-Pacific: Perspectives from China, India and the United States*. Londres: Rowman & Littlefield Publishers, pp. 61-84.
- Yeung, H., 2017. Rethinking the East Asian developmental state in its historical context: finance, geopolitics and bureaucracy. *Area Development and Policy*, 2(1), pp. 1-23.
- Yoshihara, T., 2013. The US Navy's Indo-Pacific Challenge. *Journal of the Indian Ocean Region*, 9(1), pp. 90-103.
- Zhao, G., 2014. Interests and Roles in the Indo-Pacific: A Chinese Perspective. In Mohan Malik, ed., *Maritime Security in the Indo-Pacific: Perspectives from China, India and the United States*. Londres: Rowman & Littlefield Publishers, pp. 97-108.